

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Nº 173 • Ano VI • De 23 de junho a 6 de julho de 1983 • Cr\$ 150,00

Mulheres
Assassino é condenado
nas ruas
pg. 14

A SAÍDA ESTÁ NO FIM DO REGIME

Recessão

Desemprego

FMI

Inflação

Arrocho

Repressão

Uma crise econômica aguda, uma situação social explosiva e uma ditadura vivendo impasses profundos. Uma verdade se impõe cada vez mais na vida política do país: é preciso quebrar o elo, o centro do poder que fecha as saídas da crise que interessam aos trabalhadores e à maioria esmagadora do povo.
págs. 3 e 4

PDT/PDS

"Viemos de vertentes diferentes e estamos juntos, não por nossa vontade, mas por vontade do povo. Foi o povo quem nos juntou e por ele, juntos, vamos trabalhar" (Brizola em relação a Figueiredo). pag. 2



Greves pressionam pelo Conclat

Mais de 200 mil funcionários públicos paralisam enquanto cresce a mobilização dos funcionários do Banco do Brasil. Mas ainda há o perigo de adiamento do Conclat. (págs. 10 e 11).

Dossiê Diadema Em defesa dos princípios do PT

Nesta edição, uma cobertura ampla sobre os fatos que vêm abalando a vida do PT de Diadema. Em longas entrevistas, a palavra de Gilson e as opiniões do ex-presidente do Diretório do partido em Diadema. Um material precioso para compreender os impasses do PT para dar a Diadema uma gestão classista, apoiada na força organizada dos trabalhadores. (págs. 7, 8 e 9)

PT O manifesto dos 113

Nesta edição, a íntegra e a crítica do manifesto articulado pelos sindicalistas do ABC para responder a crise do PT.

págs. 5 e 6

Editorial

O dever dos revolucionários

A situação atual combina uma crise econômica aguda com uma situação social explosiva e um regime político fortemente deteriorado.

Mesmo os economistas conservadores, prevêm para este ano uma inflação que deve chegar perto da casa dos 200%. Isto significa, é preciso dizer, a instauração absoluta do caos econômico. Recessão e especulação levados ao limite. Como mostramos nesta edição, a situação é, na verdade, uma confissão das contradições mais profundas em que está metido o capitalismo brasileiro e que o governo é incapaz de enfrentar.

Por outro lado, a situação social é cada vez mais intolerável. Dos desempregados, aos mutuários do BNH passando pelos funcionários públicos. Apesar disso, a burguesia continua tramando o aprofundamento brutal do arrocho salarial e, envergonhada, inventou até outro nome — a desindexação — para defender a medida. Não há de fato nenhum recurso retórico quando Paulo Paim, dirigente da intersindical gaúcha, caracteriza a situação atual como de genocídio à classe trabalhadora.

Enfim, os sintomas de desagregação e impasse do regime são cada vez mais evidentes. A última quinzena política foi ocupada pela grande imprensa em torno às dissidências do PDS e da candidatura Maluf, resistentes à coordenação de Figueiredo. O regime, as suas instituições políticas, não são suficientes nem para garantir a unidade das diversas frações burguesas e muito menos para canalizar e controlar a onda de descontentamento com o governo que cresce dia a dia no país.

É como na fábula. O rei está solenemente nu mas há um acordo geral para não dizer-lo. A saída da crise está no fim do regime, mas há entre as oposições burguesas e mesmo em setores importantes do movimento sindical a resolução, confessada ou não, de evitar este centro da questão.

Este foi um dos centros principais da discussão do recente encontro nacional dos sindicalistas do PT. O partido deveria ou não assumir uma postura clara no sentido de politizar, marcar politicamente as iniciativas do movimento sindical em direção à uma greve geral? E deve ser a questão central no debate das convenções do PT. Qual a saída que o partido aponta para a crise?

As resistências a uma tal colocação dos fatos são muitas. Há ilusões de que pode-se enfrentar a crise com mudanças superficiais no regime. Há o vício, a cegueira corporativa, que restringe as tarefas do movimento operário às reivindicações econômicas imediatas, matando na fonte a aspiração de poder e de hegemonia que é própria do proletariado.

Mas hoje é um dever, uma imposição enfrentar as ilusões e os vícios. Seja no sindicato, no movimento estudantil, nos bairros ou no PT vincular a solução dos problemas imediatos a derrubada do regime.

A grande farsa de Brizola

Identificado às vésperas das eleições, de acordo com as pesquisas, como o candidato mais opositor, Brizola apoia Figueiredo e faz acordo com o PDS.

Hoje, passados três meses de sua posse, Leonel Brizola, sua equipe e seu partido já demonstraram claramente qual o papel que pretendem cumprir frente à ditadura e ao capitalismo, qual o real significado de seu "socialismo moreno".

Sim, porque já não é mais necessário que nos recordemos da disposição de Brizola de "coroar" Figueiredo pela "abertura" e pela anistia ou do acordo do então candidato com os empresários da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Basta seguirmos seus passos desde a formação de seu governo. Ao mesmo tempo em que coloca um sindicalista (o Caó, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas e um dos fundadores da Unidade Sindical) na Secretaria do Trabalho, Brizola convoca um grande usineiro de Campos para ocupar a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, um empresário do setor eletrônico para a Secretaria da Indústria e Comércio e um corrupto empresário da indústria gráfica para a secretaria de Transportes.

Compromissos democráticos assumidos durante a campanha foram solenemente engavetados: através de um acordo com o PDS, foi indicado o prefeito do Rio, Jamil Haddad (acordo que se estendeu à aprovação do prefeito pedesta em Porto Alegre); através de um possível acordo direto com o general Figueiredo, vão ser empossados pela ditadura os prefeitos das cidades consideradas "áreas de segurança nacional" (provavelmente Caxias permanecerá com o PDS, enquanto se negocia as prefeituras de Angra e Volta Redonda para o PDT). Além disso, as esperanças de que a população poderia escolher diretamente os administradores regionais, os



diretores de escolas etc foram completamente soterradas ou pela divisão de feudos entre os parlamentares do PDT ou pela incapacidade do governo em desmontar as máquinas chaguista e pedesta.

Compromissos assumidos com os trabalhadores pela melhoria de suas condições de vida não são postos em prática. Os funcionários públicos estaduais ficaram "a ver navios" (70% de aumento parcelados e, quem sabe, um abono de final de ano). Aos moradores dos bairros pobres e favelas, nenhum plano de obras públicas e nenhum iniciativa para a legalização de suas posses. Mais, a remoção de ocupantes de terras públicas e privadas para albergues, sob a vaga promessa de que "um dia" ocuparão lotes urbanizados, tem sido uma das características do atual governo.

A ambição de Brizola

Aliás, Brizola tem procurado justificar sua persistente procura de alinhamento com a ditadura e o PDS pela necessidade de verbas federais para administrar o Estado, em especial para implantar o ambicioso "cada família, um lote", um plano para ceder, ao longo de seus cinco anos de governo, um milhão de lotes urbanizados às famílias pobres. Mas a ambição de Brizola vai mais longe. Ele necessita do beneplácito da ditadura não somente para realizar uma "boa administração" (naturalmente impossível em tempos de crise econômica); ele precisa

aplicar a resistência dos militares a seu nome para poder firmar o seu projeto político e ascender à presidência da república.

Não foi à toa que Brizola aceitou a "trégua" proposta por Figueiredo. Não foi à toa que acusou "a mão de alguns irresponsáveis" pela luta dos desempregados de São Paulo e, nos dias seguintes, ocupou as ruas do Rio com um impressionante aparato repressivo. Não foi à toa que nem sequer arranhou a repressão política no Estado. Não foi à toa que propôs um novo mandato de dois anos para Figueiredo conseguir completar o "processo de democratização do país", quando então seriam convocadas eleições diretas para presidente. Não é a toa, enfim, que agora procura firmar um acordo com o PDS fluminense.

Brizola é hoje um interlocutor de Figueiredo e de outros setores da ditadura. Por isso, e para consolidar a imagem de um opositor assimilável pelo sistema, ele docilmente se incumbem de administrar a crise econômica e os planos do FMI no Rio de Janeiro e deixa clara sua intenção de ajudar na sustentação da "abertura". A prorrogação do mandato de Figueiredo por mais dois anos lhe daria tempo para cumprir o seu de governador, surgindo então para os militares e para a burguesia como um bem-sucedido administrador, um hábil e moderado negociador e, portanto, um "socialista" em condições de se tornar presidente da república sem riscos para a "ordem e a paz da nação".



Liberdade aos padres e posseiros presos

Aproximam-se os dois anos da prisão dos padres Aristides Camio, Francisco Gouriou e dos treze posseiros condenados pela Lei de Segurança Nacional. São eles: João Matias, Símplicio Vieira da Silva, José de Araújo e Silva, Leônidas Alves Furtado, Raimundo Silva, Venâncio Pereira, José Ribamar Rodrigues, Raimundo Pereira da Anunciação, Antonio Resplandes, Milton Souza Almeida, Arnaldo Lopes Queiroz, Raimundo Coelho e José Pereira de Araújo.

O acordo PDS & PDT

- 1 — A iniciativa de projetos ou a responsabilidade administrativa são de alçada do governo estadual;
- 2 — Ao PDS caberá o exame prévio de iniciativas do Executivo a serem encaminhadas à Assembléia;
- 3 — As sugestões e reivindicações dos pedessistas serão acatadas pelo governo;
- 4 — Tais iniciativas contarão com o apoio do PDS na Assembléia;
- 5 — Não haverá aliciamento sobre pedessistas em favor do PDT;
- 6 — Os dividendos políticos das iniciativas aprovadas serão divididos entre os dois partidos.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Lucí Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo. CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursal: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

A saída da crise está no fim do regime

Esta é a verdade que a vida política do país impõe de forma cada vez mais irrefutável. E que os partidos das oposições burguesas teimam em negar, adiar e tergiversar. O que a conjuntura necessita, do ponto de vista dos trabalhadores, é a formação de um novo bloco de forças que assuma de forma resolvida e ousada uma alternativa global ao regime que é a convocação de uma Assembléia Constituinte, livre e soberana, sem Figueiredo e com plena liberdade de organização partidária. Este, o desafio do PT.

Por Raul Pont (*)



Passados seis meses das eleições de novembro, podemos fazer uma avaliação mais precisa de seus resultados e as possíveis alterações daí advindas para a conjuntura político-econômica do país. A certeza da História é sempre mais elucidativa do que as análises triunfalistas ou as promessas eleitorais.

O PT foi acusado durante as eleições de divisionista, de esquerdismo aventureiro por não ter engrossado a caravana oposicionista liberal nem caído no conto do "voto útil". Afirmávamos, durante a campanha, que qualquer vitória liberal, por mais esmagadora que fosse, não alteraria profundamente a situação do regime pelo caráter imobilista e moderado da "frente ampla" peemedebista.

Poderíamos apontar inúmeros exemplos de conciliação e da socialização com o regime na administração da crise como a política predominante dos novos governos estaduais nas mãos das oposições.

Basta, no entanto, lembrar, pelo seu caráter ilustrativo, as recentes críticas que a cúpula da Igreja progressista em São Paulo, através de Dom Evaristo Arns, fez ao governo Montoro. Os bispos progressistas chamavam a atenção para a distância entre as promessas eleitorais feitas ao povo e as atitudes assumidas até agora. Desfiar o rosário completo das conciliações e traições ao movimento popular que confiou no caráter oposicionista de alguns partidos é repetir o óbvio.

Movimento popular golpeado

Enquanto os milhões de trabalhadores e camadas populares viviam a euforia de terem "ganho" as eleições, depois, a perplexidade de não verem mudar nada e, mais recentemente, a frustração e a incerteza em acreditar em novas saídas, em novas saídas, em novas propostas, nos "políticos" e "partidos" que mais uma vez os deixam a ver navios, o regime militar não perdeu tempo. Tendo aliados confiáveis nos principais estados, retomou com todo o vigor a ofensiva: submissão ao Fundo Monetário Internacional, decreto-lei n.º 2012 alterando a legislação salarial, reajuste das prestações da casa própria muito acima dos reajustes salariais e mais um montede "pacotes" quase semanais que, no fundo, têm servido para tornar mais insuportável a vida do assalariado, do trabalhador.

A expressão máxima da conciliação dos novos governadores eleitos pela oposição foi, sem dúvida, terem assumido totalmente o papel de "partido da ordem" ao proibirem as manifestações de desempregados em São Paulo e Minas Gerais, seguramente o exemplo mais evidente e infamável dos compromissos de classe e com o regime desses setores auto-denominados oposicionistas.

Seu desmascaramento, porém, não pode ser tão rápido e, assustados com sua incapacidade de realizar as promessas feitas, já começam a buscar novas saídas que mantenham seu prestígio oposicionista frente as massas mas que não



abalem seus cargos, sua sobrevivência política, seus compromissos na administração conjunta da crise do regime militar e do sistema capitalista no Brasil.

Se a crise é de responsabilidade do governo federal, como alegam timidamente, o que esperam para por o "bloco na rua"? Se o responsável é o regime, Figueiredo e seus ministros econômicos, porque não colocam suas centenas de deputados federais e prefeitos, todo o peso dos grandes Estados em suas mãos, seus milhares de vereadores a canalizarem o desespero das massas desempregadas contra o verdadeiro inimigo?

As saídas da conciliação

No campo situacionista, orquestrada pelo Planalto deu largada a manobra diversionista do lançamento dos presidenciais. Enquanto Delfim & Cia entregam o que resta do país ao imperialismo e massacram os assalariados com suas medidas econômicas, uma dezena ou mais de presidenciais lançam-se aos quatro cantos do país em busca de apoio, cobertura de imprensa, alianças, tudo em meio aos salamaques ridículos de fidelidade ao rei, de acatar o ungido pelo poder. O saldo tragicômico disso tudo é ver a falência do PDS que se anula enquanto partido — ato impar na história partidária — e delega ao presidente o poder de indicar o seu candidato partidário, situação patética só comparável com o caráter lumpen da grande burguesia brasileira que entre essa pleide de

"voluntários da pátria" simpatiza e apóia Maluf...

Para fazer frente a essa corrida, o que nos aponta a oposição? Lutar pelas diretas, nos diz o oráculo de Ulisses. E, para que não aconteça nada, sua direção forma uma "comissão" para levar adiante a luta, ou seja, não mobilizará nada. Brizola, para não deixar dúvidas vira mais realista que o rei e lança a prorrogação do gen. Figueiredo por mais dois anos, desde que o poder prometa que depois tudo será democracia, eleição direta de prefeito a presidente.

Nada mais lamentável que essa indigência de propostas em plena crise cada vez mais profunda e insustentável.

Fim do regime: saída da crise

Para que exista coerência entre o que afirmávamos durante a campanha eleitoral acerca do regime e nossa política na presente conjuntura, o PT não pode se sujeitar apenas em ir a reboque ou se limitar a uma palavra de ordem do tipo eleições diretas, imediatas. Evidentemente, a defesa das eleições diretas consta em nosso programa e lutamos por elas. Isso, no entanto, é insuficiente, num momento de crescente conciliação das oposições liberais.

Apostar em eleições como saída política à crise é fazer exatamente o jogo do regime em perpetuar-se no controle do Estado com outra face, simplesmente. O que mudaria no país com um civil tipo Tancredo Magalhães Pinto ou até Ulisses Guimarães a frente de um Executivo que enfeixasse em suas mãos os poderes que hoje conta o general



Figueiredo? Não é isso que interessa ou quer a grande maioria da sociedade que votou na oposição em novembro.

Unir forças com os liberais hoje em torno das eleições diretas, simplesmente, e ficar a reboque desses setores na disputa de beleza entre Ulisses, Brizola ou o sempre consensual Tancredo com os presidenciais do próprio regime.

Nada disso. O que o PT necessita é assumir uma bandeira global, despersonalizada, que enfrente diretamente o regime e todo seu arcabouço jurídico e institucional. Não é com eleições diretas que se rompe com a CLT, a Lei de Greve, a LSN e todo o poder legislativo concentrado hoje na presidência da República.

O que os setores populares da oposição precisam é de um partido, de uma organização política que assuma de forma resolvida e ousada uma alternativa global ao regime que é a convocação de uma Assembléia Constituinte, livre e soberana, sem Figueiredo e com plena liberdade de organização partidária.

É evidente que o PT não será o dono nem a única força a assumir essa bandeira, mas seu assumimento será decisivo para arrastar setores de esquerda do PMDB e do PDT que não tem interesse em continuarem muito tempo sob a tutela de liberais e caudilhos, pois se afirmam comunistas ou socialistas.

O que a conjuntura necessita, do ponto de vista dos trabalhadores, dos exploradores, é a composição de um novo bloco de forças, onde nosso partido não será o único, comprometido com as classes exploradas e populares.

É a composição dessa frente, de um novo bloco político, onde estejam os socialistas, os comunistas, os setores de esquerda da Igreja, enfim, de todos aqueles que querem efetivamente a transformação social, o início de uma nova conjuntura política.

Enquanto ficarmos isolados como pequeno partido, enquanto o PC e o PC do B ficarem sob a hegemonia de Ulisses, Tancredo & Cia, enquanto os socialistas do PDT continuarem esperando converter um caudilho personalista para o socialismo, nada mudará nessa conjuntura e ela poderá até passar sem que tenhamos exercido realmente uma política que aproveitasse a crise e as possibilidades de mudança no presente.

O PT, reafirmamos, pode cumprir um papel importante nesse sentido pois se constitui num interlocutor sério perante esses demais setores oposicionistas para a constituição de um bloco operário-popular que desloque os liberais e conciliadores da vanguarda das posições frente ao regime.

(*) Raul é vice-presidente do PT gaúcho e membro do diretório nacional.

O novo pacote e o caos

As novas medidas provocarão um novo surto inflacionário que contribuirá, afinal, para o aprofundamento da crise e a instauração do caos econômico.

Por Maurício Borges

O pacote econômico recentemente decretado pelo governo tem sido objeto de inúmeras interpretações, por vezes contraditórias. Entretanto, subsiste um formidável consenso entre empresários, economistas de esquerda e de direita e até mesmo de alguns membros do próprio governo. Em primeiro lugar, praticamente ninguém faz fé no pacote acreditando-se mesmo na sua relativa inconsistência. Em segundo lugar, a sua inconsistência estaria no fato de, por um lado, consistir numa série de medidas que realimentarão fortemente a inflação e, por outro, de não se adotar nenhuma medida compensatória para a atenuação ou mesmo neutralizar o processo de realimentação inflacionária.

A este fator compensatório, os economistas resolveram chamar de desindexação, termo que não consta dos dicionários e que vem sendo mencionado por todos, desde Bulhões, ex-ministro da Fazenda do governo Castello Branco, Luis Eulálio Vidigal, presidente da FIESP, até economistas de oposição como Walter Barelli, presidente do DIEESE e Maria da Conceição Tavares, professora de economia da Universidade de Campinas.

Não se adotando a desindexação, os economistas e empresários acreditam que as medidas adotadas poderão provocar uma hiper-inflação que alcançaria este ano a casa dos 200%, como inclusive tem sugerido Bulhões.

Em última instância, o novo pacote não passa de mais uma imposição do FMI e dos banqueiros internacionais para a renegociação da dívida externa.

Tecnicamente, o pacote consiste numa série de medidas sendo que as principais têm por objetivo a redução do déficit público. Em última instância, a sua adoção não passa de mais uma imposição do FMI e (direta ou indiretamente) dos banqueiros internacionais para a renegociação da dívida externa. É bom que se diga, porém, que ao contrário de todos as políticas que trazem a inspiração do FMI, o pacote, tal como se encontra proposto atualmente, pouco aprofunda a recessão em que já se encontra a economia brasileira.

Assim, verificar-se-á, a médio prazo, que a "satisfação" dada ao próprio FMI revelou-se inócua do ponto de vista da redução do nível de atividade, diminuição das importações e melhoria da balança comercial. Internamente, as medidas provocarão um novo surto inflacionário que contribuirá, afinal de contas, para o aprofundamento da crise e a instauração do caos econômico.

As medidas propostas podem ser divididas em três grupos: as "neutras", por um lado, as "recessionistas" de outro e, por fim, aquelas tipicamente inflacionárias. No primeiro grupo, temos um conjunto de medidas que embora aumentem a arrecadação do governo, não levam necessariamente ao aumento da

inflação. Estão neste grupo, o aumento do imposto na fonte para as faixas de altas rendas (45 salários mínimos ou mais), antecipação do prazo de pagamento do imposto de renda do sistema financeiro e redução de quarenta para dezoito dias do prazo do sistema bancário para recolhimento aos cofres federais dos impostos arrecadados. O grande problema deste conjunto é a exiguidade relativa de recursos por ele auferida o que lhe confere uma importância secundária no contexto do pacote.

No segundo grupo de medidas, temos a redução dos investimentos e do custeio das estatais que podem ser consideradas diretamente recessionistas. No entanto, embora possam aprofundar a recessão, seu efeito será provavelmente pequeno dado que o nível dos investimentos das estatais já está muito baixo em virtude de três anos seguidos de corte e controle. Além do mais, a redução teria lugar em setores onde o "lobby" das grandes empresas nacionais e multinacionais é mais forte e poderoso o que limitará a magnitude do próprio corte. Este não irá além de uma redução de Cr\$ 32 trilhões para Cr\$ 29 trilhões o que pode ser considerado pouco tendo em vista a magnitude dos cortes efetuados de 1981 para cá.

No terceiro grupo, temos as medidas tipicamente inflacionárias que consistem no corte de subsídios diversos com destaque para o trigo e o crédito para a agricultura. No caso do corte do subsídio ao trigo, tem-se de considerar o fato de que o poder do "lobby" industrial (moinhos e indústria de massas que impuseram secularmente o próprio subsídio) não é desprezível. Do contrário, como explicar que produtos muito mais essenciais como a própria carne, o leite e o feijão (todos de produção interna ao inverso do trigo) não detenham qualquer tipo de subsídio direto?

A resposta só pode estar no poder do "lobby", o que implica que o corte do subsídio ao trigo (que para ser efetivo teria que triplicar o preço do pão) será gradual, sujeito a altos e baixos. O governo vai aumentar em 50% o preço do trigo cobrado aos moinhos que de Cr\$ 32,00 o quilo passaria para Cr\$ 49,00. Como o preço médio de mercado é hoje de Cr\$ 122,00 o quilo, com tendência a rapidamente se elevar, a redução do subsídio de 74% para 60% do preço de custo, além de representar pouca coisa, provavelmente deverá desaparecer em apenas dois meses tendo em vista a inflação e a própria desvalorização cambial que contribui para a elevação do preço interno do trigo.

O pacote é inócua. A causa disso encontra-se no grande imobilismo que progressivamente vai tomando conta do atual governo e do próprio regime.

Não vai ser o caso, porém, do corte no crédito subsidiado à agricultura. Aqui, ter-se-á um aumento efetivo dos juros

cobrados ao agricultor. As consequências, é certo, virão em menos de um ano e resultarão num aumento expressivo dos preços dos produtos agrícolas ou bem determinado pela própria política de preços mínimos do governo (que aumentaria em termos reais os preços gerais para compensar o aumento dos juros) ou bem determinado pela escassez provocada pela redução da área cultivada em resposta ao aumento dos juros.

A desindexação nada mais é do que um novo termo para designar o arrocho salarial que, enquanto tal, é a única proposta capaz de unir os interesses dos vários segmentos do capital.

Mesmo neste caso, a tendência de crescimento dos preços agrícolas apenas aprofundará uma tendência anterior na mesma direção (ditada, aliás, pela situação de inadimplência da agricultura dado tanto pela queda dos preços agrícolas reais desde 1979 quanto pela redução real do crédito para o setor).

Em resumo, o pacote não é, em nenhum sentido, forte, seja como instrumento fiscal de tributação progressiva de caráter não inflacionário (medidas do primeiro grupo), seja como instrumento recessivo (segundo grupo), seja como fator de recrudescimento da inflação (terceiro grupo). Isto tendo em vista o próprio recrudescimento da inflação antes do pacote e que já projetava a taxa anual inflação de 1983 para além de 170%. A causa para isso encontra-se no grande imobilismo que, progressivamente, vai tomando conta do atual governo e do próprio regime. Ou seja, antes de considerarmos a inocuidade do pacote — o que parece consensual para todos — o que fica mais claro é a incapacidade (política) do governo em tomar qualquer tipo de medidas, fato que sugere uma certa superestimação do próprio pacote e de seus eventuais efeitos. Gradativamente, o governo vai perdendo a capacidade de manobra e de articulação entre os vários segmentos do grande capital, o que leva à sua crescente incapacidade para governar.

Num contexto de crescente desgoverno, não é de se estranhar que os tecnocratas do governo e a própria burguesia tenham chegado à proposta consensual da desindexação. Na verdade, para estes senhores, a desindexação nada mais é do que um novo termo para designar o arrocho salarial que, enquanto tal, é a única proposta capaz de homogeneizar os interesses vários segmentos do capital.

Mesmo se considerando que o "arrocho" hoje em dia quase nada significa em termos de controle da inflação, já que os salários pouco pesam nos custos das empresas (altamente inflacionados pelos custos financeiros), a burguesia e tecnocratas não vão deixar de mais um vez recorrer a ele como único consenso possível numa conjuntura de racha e de interesses conflitantes.

Na realidade, a questão da desindexação não passa de uma armadilha semântica para confundir a opinião pública, uma verdadeira canoa furada na qual têm embarcado até mesmo alguns economistas de oposição. Não dá para aceitar nem mesmo a desindexação total como propõe o (suspeito) professor Bulhões. Neste caso, a desindexação total subestima o reajuste salarial e a correção monetária. Mas, na verdade, do ponto de vista da inflação, o que realmente interessa são os preços finais das mercadorias não diretamente afetados pelos expurgos do INPC e da correção monetária.

Para que o expurgo da correção monetária interfira na evolução dos preços seriam necessários duas pré-condições:

— que ao lado do expurgo da correção monetária proceda-se um controle dos juros de forma que o custo financeiro total (correção monetária + juros reais) caia significativamente;

— que se proceda a um rigoroso controle de preços, pois do contrário a queda de remuneração dos ativos financeiros dada pelo expurgo e pelo controle dos juros levará certamente a uma especulação desenfreada com estoques de mercadorias (como aliás ocorreu em 1980), especialmente nos setores oligopolizados, elevando conseqüentemente a taxa de inflação.

Em suma, sem controle de juros e de preços, a proposta de desindexação total não passa de conversa para boi dormir.

A situação exige um rompimento com o capitalismo financeiro internacional, o que, do ponto de vista da ditadura, está fora de cogitações.

O estabelecimento dessas duas pré-condições que o governo não tem condições reais de implementar são apenas um indicio da falta de alternativas e do beco sem saída da(s) política(s) econômica(s) até agora apresentadas. Entretanto, o problema principal ainda está no fato de que o próprio pacote tem por causa, em última instância, o estrangulamento externo e as exigências daí impostas pelo FMI e outras agentes diretos do sistema financeiro internacional.

Nesse sentido, a idéia da desindexação total além de passar pelo controle de juros e de preços, envolve também a desdolarização da economia (termo utilizado por Maria da Conceição Tavares) uma vez que é o estrangulamento externo que vem impoendo, em última instância, a alta generalizada dos juros e, por consequência, dos preços. A desdolarização significa, porém, um rompimento com o capitalismo financeiro internacional e com as próprias multinacionais aqui instaladas, exigência que, no contexto do atual regime e da ordem institucional capitalista, está fora de cogitação. Isto leva a que o imobilismo do governo se aprofunde cada vez mais, tornando-se prisioneiro das contradições estruturais do capital.

São Paulo Pré-convenções iniciam renovação das direções

No último dia 12 o PT paulista realizou suas pré-convenções distritais e municipais. Num quadro geral de dificuldades, o partido não conseguiu realizá-las em todos os diretórios anteriormente instalados, alcançando apenas 57% de suas bases. De um total de 56 diretórios distritais na capital, 43 alcançaram o quorum de 10% dos filiados requerido pelas normas internas para validação da pré-convenção; já no interior, de um total de 141 municípios onde o PT estava instalado, 70 atingiram o quorum, os demais simplesmente não tentaram realizar a pré-convenção ou não atingiram a meta de presença mínima. Há ainda casos pendentes onde, por diversas razões particulares, a Executiva Estadual ainda irá se pronunciar sobre recursos pedindo a validação de determinadas pré-convenções.

Mais além destes números, o mais preocupante é que os debates, salvo raras exceções se deram sobre uma base bastante fraca em termos de politização da vida partidária, em muitos casos predominando a simples disputa de chapas desprovida de maior conteúdo político subjacente às propostas de nomes. Este quadro reflete a situação mais geral de crise do partido e, em boa medida, foi acirrado pelo lançamento às vésperas das pré-convenções do chamado "Manifesto dos 113". A articulação que se expressa no Manifesto, contando com o peso das direções sindicais do ABC, apesar de não explicitar uma proposta política própria para o partido, entretanto jogou pesado na disputa pela renovação das direções de base,

De qualquer forma, o período que



se abre agora até a pré-convenção estadual (que se dará a 14 de agosto, com uma expectativa já avaliada pela direção de cerca de 800 delegados) pode vir a suprir esta deficiência de

politização da vida partidária e definição de novos rumos para o PT.

Os signatários do Manifesto dos 113 prometem ainda para esta semana 7 novos documentos com propostas políticas mais definidas e têm já marcado para o próximo dia 26 uma reunião estadual para debate de suas posições. Por seu lado, alguns parlamentares da chamada ala direita do partido, excluídos da articulação dos 113, preparam agora também um manifesto, ao mesmo tempo em que continuam, através da grande imprensa, a colocar suas propostas e polêmicas com a direção. Do outro lado do espectro das posições petistas, na sua ala esquerda, começam também a se desenvolver iniciativas de debate e resposta à articulação dos 113, que nos próximos dias deverão vir a público.

O manifesto dos 113

A íntegra do documento
lançando por um grupo de petistas paulistas,
entre eles os sindicalistas do ABC,
lançando sua articulação para o
processo de renovação da direção estadual do partido.

COMPANHEIROS DO PT:

Estamos convencidos que o PT vive, hoje, um momento muito difícil, mas não aquela crise que os seus inimigos apregoam. Diante disso, resolvemos nos articular para uma intervenção coletiva na vida do nosso partido. Estamos, nesse momento, diante da importante tarefa da renovação das direções partidárias.

Reconhecemos as dificuldades que vivemos, decorrentes (1) dos desacertos das nossas direções na aplicação da linha de construção partidária, e (2) da ofensiva externa, daqueles que são contra, e interna daqueles que não acreditam que os trabalhadores são capazes de se organizarem como força política autônoma em nosso país.

No entanto, reafirmamos, nesse momento, a vigorosa vontade de milhares de militantes que, apoiados no reconhecimento da necessidade histórica do PT, querem fazer do Partido um dos instrumentos dos trabalhadores construírem uma sociedade socialista, onde não haja explorados nem exploradores.

Defendemos, assim, o PT como um Partido de massas, de lutas e democrático. Combatemos, por isso, as posições que, por um lado, tentam diluí-lo numa frente oposicionista liberal, como o PMDB, de ação predominantemente parlamentar-institucional; ou que se deixam seduzir por uma proposta "socialista" sem trabalhadores, como o PDT. Também combatemos aqueles que, incapazes de traduzir o nosso papel em termos de uma efetiva política de organização e acumulação de forças, se encerram numa proposta de partido vanguardista tradicional, que se auto-nomeia representante da classe trabalhadora. Por outras palavras, somos contra tanto o comportamento individualista daqueles que acreditam não ser necessário ouvir o Partido e que por conta própria, avançam propostas conciliadoras, como aqueles que, também não se submetendo a democracia interna do PT, subordinam-se a comandos paralelos e priorizam a divulgação das suas posições políticas, em detrimento daquelas do próprio Partido.

Ao contrário desses "iluminados", não temos respostas para todos os problemas do PT. Nem temos a receita infalível para superar a crise econômica do país, para vencer a ditadura e para chegar ao poder.

O que pretendemos, ao detonar um amplo processo de debate democrático — que subsidiaremos com alguns documentos de produção coletiva a serem amplamente distribuídos — é contribuir para que os próprios militantes, filiados e simpatizantes do PT possam elaborar coletivamente diretrizes claras, capazes não apenas de orientar a nossa prática cotidiana e a da direção renovada, mas sobretudo, de auxiliarem o avanço e a unificação política dos movimentos dos trabalhadores.

Entendemos assim, que cabe ao PT nesse momento:

1. Lutar contra a tentativa do regime de estabelecer uma política de trégua e de conciliação, assim como lutar contra o estabelecimento, por forças que se dizem de oposição, de um pacto social que vise ao isolamento político dos trabalhadores. Entendemos que tais propostas buscam, não somente, fazer novamente a classe trabalhadora a pagar os custos da crise econômica e social;

2. Responder a esta conciliação e a este pacto com a mobilização de todas aquelas forças sociais exploradas que estão dispostas a lutar pelas numerosas reivindicações abrigadas pelo lema

TRABALHO, TERRA E LIBERDADE:

3. Cumprir concretamente nosso papel como partido de massa:

a) militando intencionalmente nos movimentos populares, sindicais, raciais, culturais e das chamadas minorias, contribuindo com propostas concretas para a condução de suas lutas, respeitada a sua autonomia;

b) aplicando nossas propostas de filiação e nucleação intensivas, a fim de que as mais amplas camadas de explorados possam participar da construção do PT e da aplicação da sua política; e

c) executando uma política ativa de formação política e cultural dos militantes.

Para levar à prática as propostas acima, achamos que também são necessários alguns passos relacionados com a estrutura e a democracia interna do Partido:

— revalorizar o papel dos núcleos como instância de reflexão e deliberação;

— imprimir-lhes uma dinâmica, sobretudo, direcionada para a atuação nos movimentos sociais e não apenas para a vida interna do Partido;

— estabelecer critérios políticos claros para a escolha e o controle das direções partidárias e dos parlamentares;

— estabelecer, também, critérios claros para a participação das bases nas decisões partidárias;

— descentralizar a estrutura organizacional e financeira do Partido, alcançando todas as nossas bases, seja na Capital, seja no interior do Estado;

— criar uma imprensa partidária ágil e amplo fluxo de informações, que atinja o conjunto do Partido; enfim, abrir todos os canais possíveis para a consolidação da democracia interna no Partido dos Trabalhadores.

Comprometidos, portanto, com esses princípios, nós, abaixo-assinados, militantes de diversas regiões, setores e instâncias do PT, convocamos a todos os companheiros que concordam com essas posições a apoiarem e a participarem deste projeto que se inspira nas idéias originárias do nosso Partido.

São Paulo, 02 de junho de 1983

Subscvem o Manifesto:

Djalma de Souza Bom — Dep. Federal — São Bernardo do Campo, Devanir Ribeiro — Ipiranga, José Cicote — Deputado Estadual — Santo André, Anízio Batista — Deputado Estadual — Saúde, Gilson Menezes — Prefeito Diadema, Claudio Barroso — Vila Prudente (Vereador), Antonio Carlos Granado — Vereador Santo André, Geraldo Siqueira — Deputado Estadual, Irma Passoni — Deputada Federal — Capela do Socorro, Eduardo Jorge — Deputado Estadual — Itaquera, João Carlos Alves — Vereador — Capital, Iredê Cardoso — Vereador, Miguel Rupp — Santo André, Alcides Mamizura — Vereador — Campinas, Oswaldo Noce — Vereador Sorocaba, Janete Rocha Pietá — Guarulhos, José Ivo Yannuchi — Vereador S. J. da Barra, Santo dos Reis Siqueira — Cotia, Cid Barbosa Lima Jr., Raphael Martinelli — Lapa, Marcelo Racy — Adimação, Artur Cunha — Guarulhos, Marcos Padovane, José Cândido Pereira — Parque S. Rafael, Francisco Carlos Bernal, Maridite de Oliveira, José Augusto da Silva Ramos, José Gilmar Alves Santos, Iram de Resende — Sumaré, Geroncio Rocha — Cerqueira Cesar, Antonio Dória M. Carneiro — Cerqueira Cesar, Delmar Maltes — Vila Prudente, Nelson Machado — Pinheiros, Idalvo Cavalcanti Toscano — Vila Mariana, Lêda Rejane Queiroz — Butantã, José Dirceu — Jd. América, Dorival Costa — Birigui, José Mentor — Saúde, Graça Mentor — Saúde, Elcio Riva, — Santo André, Robeni Baptista da Costa — Campinas, Antonio R. Guimarães — Osasco, Elizabeth Souza Lobo — Pinheiros, Moacyr Eleutério Jr., Valdemir Cavalcante — Caçapava, Percy Sampaio Camargo — Araçatuba, Gilson Rodolfo Martins — José Domingos T. Vasconcelos, Ricardo Galletta — Campinas, Jorge Batista — Osasco, Carlos Russo — Aclimação, Lizete D. Silvio — Aclimação, Armelino Passoni — Capela do Socorro, Leonide Tatto — Parelheiros, Maria de Lourdes Silva — Santo Amaro — VI.

São José, Guilherme Simões Gomes — Ribeirão Preto, José Zico — Itaquera, Heitor Gaudenci Jr. — Vinhedo, José Pedro da Silva — Osasco, Abdon J. Uehbe, Antonio Cassio Santos — Ermelino Matarazzo, Antonio de Paula — São Paulo, Vicente Caetano Franies — Sorocaba, Olival Costa Farias — Sorocaba, Ismael Nunes Periera Filho — Votorantim, Luiz Carlos Gomes — Barueri, Agenor Figueiredo — Cajamar, Antonio Carvalho do Nascimento — Marília, Marcia Mullin Firmino da Silva — Perdizes, Rosaly Aparecida Rodrigues Silveira — São Caetano do Sul, Juscelino Silva Neto — Itaim Paulista, Lucia Holanda, Mauricio Segall — Saúde, Terezinha Martins — Saúde, Juraci de Oliveira Santiago, Clara Charf, Vicente Trevas — Perdizes, Rubens Possati — Bela Vista, Aldo L. da Silva — Itaquera, Sílvia Caccia Bava — Jardim Paulista, Helena Segundo — São Miguel Paulista, Eloi Alfredo Pietá — Vereador Guarulhos, José Machado — Piracicaba, Marco Aurélio Garcia — Jardim Paulista, José Américo Dias — Liberdade, Adriano Diogo — Aço da Moóca, Marta Balleiro, Francisco Rocha da Silva — Vila Prudente (Rochinha), Norival Esteves, Eder Sader — Ibirapuera, Ricardo Guterman — Ermelino Matarazzo, Alípio Viana Freire — Perdizes, Keiji Kanashiro — Diadema, Terezinha Bastos Fini — Diadema, Mayumi Watanabe de Souza Lima, Sérgio Pereira de Souza Lima, Hamilton Otávio de Souza, André Felipe Darde — São Caetano do Sul, Jorge Kayano — São Miguel Paulista, Erminia Maricato — Parelheiros, Waldemar Pereira Pinho — Botucatu, Afonso M. da Cruz — São Bernardo do Campo, Expedito Soares Batista — Dep. Estadual, Vicente de Paula (Vicentinho) — Diadema, Luiza Erundina — Vereadora Capital, Paulo Diniz — Deputado Estadual, Jair Menegelli — São Bernardo do Campo, Rui Falcão — Perdizes, Sílvia José Pereira (Sílvinho) — Osasco, Luis Inácio Lula da Silva — São Bernardo do Campo, Luis Gonzaga de Oliveira — Vereador de Carapicuíba, Valdemar Herrmann.

Osasco

Unidade no combate à ditadura

O Partido dos Trabalhadores em Osasco, formado, como em outros lugares, a partir de setores da Igreja, da esquerda e de sindicalistas, sempre contou com concepções e práticas diferentes. Porém, pelo baixo nível das discussões internas, as diferenças políticas nunca foram explicitadas: Igreja, esquerda e sindicalistas polarizaram-se em duas alas, personalizando-se em algumas (poucas) lideranças.

Esta situação desembocou na campanha para as últimas eleições parlamentares, no lançamento de duas legendas, com seus prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais próprios.

Mesmo não chegando a público, os problemas dificultaram o avanço do partido. Osasco conseguiu, apesar de tudo, ser uma das cidades onde o partido obteve uma boa votação (quase 20 mil votos), elegendo dois vereadores. Após as eleições, resultado eleitoral abaixo do esperado, o clima de derrota atingiu os militantes. Os núcleos do partido que existiam antes do período eleitoral deixaram de existir, atingindo até mesmo o Diretório. Foi neste quadro, que militantes do partido, de diversos setores sentiram a necessidade de redefinir sua atuação.

A unificação de todos os setores do partido para enfrentar os problemas internos (inexistência de núcleos de base, mau funcionamento do Diretório, os ataques da burguesia, a situação de arrocho salarial) com as perspectivas de avanço

das lutas dos trabalhadores através da Conclat e da greve geral, se tornaram uma necessidade e se superpuseram às divergências mais internas dentro do PT.

Assim, as pré-chapas, através de acompanhamento da Executiva Municipal, fizeram um programa e um plano de ação único, sujeitos a emendas e alterações pela pré-convenção.

Os pontos tocados pelo programa são: — a questão da construção do Partido dos Trabalhadores como um partido de massas, porém atuante no movimento social e que leve uma luta sem tréguas contra a ditadura e o capitalismo.

— a demarcação clara do princípio de independência de classes, mantendo assim total independência em relação aos governos de oposição burgueses, tendo como base alternativa as propostas da burguesia liberal: o programa, o manifesto e as plataformas estadual e municipal do partido.

— a nível municipal, o aprofundamento da democracia e a participação no Conselho Popular de Osasco através das eleições diretas nos bairros e entidades para tirar os seus representantes.

— a nível do partido, a luta para o retorno das Comissões Inter-núcleos Deliberativas, sendo hoje a democracia interna um dos pontos de recuperação do PT.

Manifesto dos 113

Uma articulação excludente e centrista

Uma análise das origens, dos acertos e dos desacertos da articulação formada a partir das tendências dos sindicalistas do ABC, da igreja e dos autonomistas e que acaba de vir a público através do "Manifesto dos 113"

O Manifesto que foi lançado em São Paulo nos últimos dias por um conjunto de petistas surge num momento em que o partido vem sendo bombardeado através da imprensa burguesa por uma verdadeira campanha anti-PT movida por estes órgãos, em sintonia com alguns parlamentares da chamada ala direita do partido.

Por isso, e pelas próprias posições do texto, ele é em primeiro lugar uma resposta positiva que os setores hegemônicos no partido (os sindicalistas do ABC que em peso assinam o Manifesto) dão às investidas liquidacionistas que desde o começo do ano vinham se avolumando e agravando a crise do PT.

Resposta insuficiente

No entanto, cabe destacar, uma resposta ainda bastante tímida e limitada. Os liquidacionistas não são pessoas quaisquer: trata-se de parlamentares, líderes de bancada, membros de Executivas etc. Suas investidas não são teses de um fraterno debate partidário mas sim verdadeiros ataques taxando pré-convenções de "golpes", a Executiva Nacional de "stalinista", o PT de partido "falido" que deveria se voltar para a "conciliação", junto com o "PMDB ou PDT" etc. Como disse Lula ao EM TEMPO (ver edição n.º 173) trata-se de uma clara manobra movida de má fé e visando destruir o PT.

Diante de tudo isso, o Manifesto apenas responde, candidamente, o óbvio. Ou seja, que o PT deve continuar, que tem seu espaço próprio, que não deve se diluir na burguesia. Ora, diante de uma campanha liquidacionista exige-se não apenas uma resposta muito mais firme e contundente mas, quando esta campanha vem de dentro mesmo das direções partidárias, exige-se medidas disciplinares concretas imediatas sob pena de desmoralização do conjunto da direção e agravamento maior da crise partidária. Os articuladores do Manifesto, tratando-se no caso da maioria da direção, por isso mesmo, tanto no conteúdo como na forma de sua posição não respondem devidamente aos liquidacionistas.

O flanco fica aberto, e isso se explica: o Manifesto, apesar de debitar às direções anteriores os desacertos de linha que levaram à atual situação de crise no partido, no entanto não vai fundo nesta afirmação e nas suas consequências. Ao invés de uma auto-crítica clara (pois a maioria da direção assina o texto) o que vemos são críticas imprecisas e ambíguas que não deixam evidente a demarcação política no interior da direção. Compreende-se esta dificuldade, pois o Manifesto traz entre seus signatários vários nomes que, tanto pelos seus posicionamentos como pela sua prática, dificilmente poderiam ser enquadrados no centro do espectro partidário que o documento pretende representar.

Na verdade, a futura direção que se insinua no Manifesto não pode ser caracterizada como "nova", superando politicamente a anterior. Em boa medida ela é apenas uma continuidade renovada da composição de centro-direita que desde o início dirige o partido em São Paulo. Este é um problema tão evidente que até mesmo dentro da articulação já não são poucos os que enxergam, por exemplo na deputada federal Irma Passoni, uma presença indevida e de difícil assimilação.

Fracionismo da direção

Noutro plano, o Manifesto apresenta também problemas pelo lado de sua origem, de seu método. Depois das eleições de 82 e seu impacto negativo sobre o partido, o caminho trilhado pela direção não foi o da promoção de um amplo e profundo debate partidário para avaliar a situação e definir rumos. Ao invés disso preferiu-se o caminho das articulações particularistas, grupistas, com pessoas selecionadas e convidadas por critérios não partidários. Cursos de formação, reuniões na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa entre outros, marcaram uma sucessão de articulações promovidas pela direção que vem agora à tona nas assinaturas do Manifesto.

Este método fracionista é um verdadeiro absurdo como conduta de uma direção partidária, direção do partido no seu conjunto. O fracionismo fica ainda mais evidente e se torna até mesmo burocrático quando, ao mesmo tempo, esta mesma direção aprova também um regimento interno para a pré-convenção estadual que é uma verdadeira camisa de força a dificultar articulações alternativas, na medida em que exige chapa completa e intocável um mês antes do encontro.

É claro que é um direito de quaisquer petistas se reunir para discutir e elaborar propostas, para se articular e intervir na luta interna. Mas isso não pode nunca ser feito em detrimento das atribuições de direção, com recursos e autoridade da direção.

Por isso o método do Manifesto é criticável. Um abuso de autoridade por parte da direção, uma atitude excludente e marginalizadora do conjunto do partido. É por este motivo, entre outros, que hoje se sabe que não poucos dos seus signatários já preparam a retirada de seus nomes, seja pela precariedade da adesão (muitas vezes através de um simples telefonema) seja pelas cobranças que sofreram nas suas bases.

Caça às bruxas?

O Manifesto é também profundamente equivocado na sua crítica à esquerda. Numa caracterização ademais de baixo nível, generaliza para o conjunto da esquerda a crítica de "vanguardista e iluminada" evitando assim uma avaliação política séria frente a suas propostas e práticas, e preferindo o sinistro caminho de dizer que a esquerda e a direita no fundo são iguais, fazem o mesmo jogo, nutrem igual desprezo pelas massas.

Mais do que isso, o Manifesto introduz no jargão petista a infeliz expressão "comandos paralelos" típica de verdadeiras cruzadas de caça às bruxas, sinal de um anti-comunismo até então estranho ao partido e inadmissível para todo militante que luta pelo socialismo, que é solidário às revoluções cubana, nicaraguense etc.

Esta crítica chega até mesmo a ser hipócrita pois ela (uma inadvertência de seus autores?) se volta como um bumerange sobre as cabeças dos signatários do Manifesto. Afinal, o que é sua articulação senão a criação do maior grupo, da maior tendência, da maior organização se se quer, dentro do conjunto petista? Um verdadeiro "comandão paralelo" à direção estatutária (agravado pelo fra-



É claro que é um direito de quaisquer petistas se reunir para discutir e elaborar propostas, para se articular e intervir na luta interna. Mas isso não pode nunca ser feito em detrimento das atribuições de direção, com recursos e autoridade da direção.

cionismo e abuso desta mesma direção) composto basicamente a partir de outros três grupos: os sindicalistas, a igreja e os autonomistas.

Não apenas a crítica, mas os fatos também se voltam contra esta fúria anti-esquerda da articulação dos 113. Por exemplo, em Diadema (ver págs. 7 a 9 desta edição) quem é o comando paralelo ao partido: o prefeito que é um dos signatários do Manifesto, ou o Diretório? Noutro plano, o Programa Econômico lançado no ano passado pela direção é frontalmente contrário à Plataforma Nacional aprovada em pré-convenção; quem era paralelo e privilegiando assim divulgar posições próprias? Os fatos falam por si e seria longa e enfadonha a

narrativa sobre o "paralelismo" dentro da vida partidária. O que só vem a mostrar que o problema não está aí onde pretende o Manifesto. O problema é político e não grupista, a situação do PT depende é de propostas políticas capazes de centralizar sua atuação e não de lealdades ou fidelidades a esta ou aquela liderança.

Falta de proposta

E é exatamente aí que está a falha maior do Manifesto. Efetivamente ele não contém nem aponta uma perspectiva política para o partido, uma proposta clara e ofensiva capaz de retirá-lo da paralisia em que se encontra. É muito mais um chamamento à fidelidade a uma liderança demarcando-se confusamente à esquerda e à direita, muito mais uma composição centrista no sentido negativo do termo, do que uma proposta positiva e ofensiva para o partido.

A questão não é lembrar "Trabalho, Terra e Liberdade"; não é apelar a que os petistas "mitem intensamente no movimento social", não é ser contra a "trégua e a conciliação" etc. Um partido tem que ter propostas claras contra a situação vigente, contra o poder ditatorial que aí está, formas de ação e mobilização na luta contra a crise social, linhas precisas para o movimento sindical. O PT tem que ser um partido de luta e ação de massas, aqui e agora, e não como propõe privilegiadamente o Manifesto "um dos instrumentos dos trabalhadores construir uma sociedade socialista", um objetivo jogado para as legendas.

Diante da crise profunda do regime, o Manifesto sequer menciona sua natureza ditatorial militar, e sua política de arrocho e miséria para as amplas massas promovendo já sua transição à "conciliação e ao pacto social" como se vivêssemos numa florescente democracia burguesa onde nada mais restasse senão a volta às eleições diretas para a presidência da república.

Diante da situação de verdadeiro desespero social para as massas causada pelo arrocho e o desemprego o Manifesto sequer lembra da Greve Geral passando inteiramente ao largo do eixo central de luta hoje no movimento sindical. Ao invés de núcleos ativos e ofensivos para intervenção nas lutas, o Manifesto privilegia os núcleos como instâncias de reflexão.

Enfim, ao invés de um PT dirigente do movimento de massas, de luta e mobilização contra a ditadura e o arrocho, o Manifesto parece sugerir um PT domesticado, para a reflexão e formação socialista, algo como um partido à esquerda porém integrado no processo de transição que vem sendo tentado pela ditadura.

O Manifesto é assim frustrante no que diz respeito às suas propostas para retirar o PT da crise na qual se encontra. Faz uma demarcação necessária (ainda que tímida) à direita; lança-se equivocada e sinistramente sobre a esquerda; para no final situar-se num indigente patamar centrista que efetivamente não diz a que veio. É verdade que a articulação dos 113 promete novos textos para o debate político. Esperamos pois...

Dossiê Diadema

Em Diadema, o PT vive momentos decisivos. Após a vitória nas eleições, sob todo tipo de restrições e pressões dos partidos burgueses, o partido tem diante de si o desafio de realizar uma administração classista, apoiada na força dos trabalhadores organizados. No entanto, a direção da prefeitura seguidamente rompe compromissos estabelecidos, golpeia a democracia interna do PT e se afasta do único caminho que pode fazer prevalecer os interesses dos trabalhadores contra a ditadura e a burguesia. Aqui, os fatos que abalaram o PT de Diadema, o testemunho de Gilson e dos que vêm travando uma luta incansável.

Em defesa dos princípios do PT

Por Júlio Tavares e Laan Izidoro

Os fatos que abalaram o PT de Diadema

04/01 — Reunião do diretório com conselho de representantes de núcleos (três por núcleo), para definir critérios para a escolha de nomes para a diretoria. Gilson traz uma lista completa de nomes para a composição da diretoria, e surge uma pequena multidão, muitos dos quais estranhos ao partido, para legitimar sua atitude. A maioria do diretório e representantes de oito núcleos se retiram em protesto antes da discussão e votação a respeito da composição do secretariado.

23/1 — Plenária de filiados do partido, convocada para esclarecer os fatos ocorridos no dia 4 e definir a relação entre o partido e a prefeitura. Apesar do repúdio geral ao "golpe do dia 4", é aceita a indicação dos diretores como um fato consumado, definida a obrigação de cotizar 20% dos salários por parte destes diretores, e uma avaliação de sua atuação dali a seis meses. Gilson e alguns diretores vão até a porta da convenção, mas não entram.

21/5 — Em função do não cumprimento das decisões da convenção de 23/1 (cotizações — apenas 2 diretores pagaram sua parcela, 20% do salário), e do crescente distanciamento entre a administração e o partido — notadamente pelo autoritarismo do diretor de gabinete, Juraci Magalhães interferindo nos departamentos, chegando ao absurdo de transferir o teatro da cidade, do departamento de educação e cultura, para o gabinete da prefeitura, por discordar do trabalho desenvolvido por aquele departamento — é convocada uma Convenção extraordinária, numa nova tentativa de aproximação e trabalho unitário.

Com uma presença significativa dos filiados e dos companheiros José Dirceu e Lula, a convite do diretório local, a plenária se realiza num clima tenso, onde chega-se a pedir a exoneração de Juraci. Porém, mais uma vez, em nome da unidade é aprovada por unanimidade uma resolução de dez pontos que disciplinaria a atuação dos petistas na administração municipal. (Ver box)

De 21/5 a 12/6 — Todo este esforço resultou em nada. A administração municipal insiste no não cumprimento das decisões do partido e inicia um processo de perseguição aos funcionários e diretores que seguem estas orientações.

O Diretório e o Conselho de Representantes de núcleos, numa nova tentativa de resolver de forma política a questão, chama todos os núcleos a comporem uma chapa unitária, com a representação de 2

membros por núcleo, para a renovação do diretório municipal. Com a participação massiva dos núcleos são realizadas discussões para elaboração do programa e plano de ação.

A margem deste processo, a administração municipal articula uma chapa (a n.º 1) com base em reuniões fechadas, apoiada pelo prefeito, 7 diretores da prefeitura, 2 vereadores e 4 núcleos. O diretório municipal e 11 dos 15 núcleos existentes, com o apoio dos vereadores Manoel Boni, Gentil Santo de Paula, Ivo Ribeiro e Arquimedes Andrade, lança também a sua chapa. (de n.º 2)

12/6 — Pré Convenção Municipal para a escolha do novo diretório, com a presença do presidente regional do partido, Djalma Bom. Ali se refletiam os desacertos de seis meses. Vicente, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, defendendo a chapa 1, afirma que "em Diadema, querem derrubar a Prefeitura da cidade para que, com o fracasso do PT a nível local, ele também não dê certo no âmbito nacional". Cleuza de Oliveira, tesoureira do diretório, representando a chapa 2, diz que se existem duas chapas, é porque existem visões diferentes de partido e não por "mera democracia". Defende a cotização dos parlamentares e diretores da prefeitura e diz que a chapa 2 quer um partido de massas que realmente participem, "mas não massa de manobra, como na chapa 1".

Gilson declara que seu maior erro foi ter colocado a maioria da chapa 2 na Prefeitura. A chapa 2 vence a convenção recebendo 177 votos contra 133 para a chapa 1, 8 abstenções e 1 voto nulo.

13/6 — Mariana, integrante da chapa 2, e filiada n.º 1 do partido em Diadema, é demitida. Também são demitidos Zairo Luiz Bonini, a treze meses da aposentadoria e Arquela Carrera Maranhão, que apoiaram a chapa 2. Começam a surgir boatos da demissão dos diretores que se submetiam as decisões do partido e integravam a chapa 2, Ivan Russef e Antonio Geraldo Justino, "Tonhão" (diretores da Administração e da Educação, respectivamente, que, junto com o diretor Amir, são os únicos que têm pago a cotização de 20% do salário, deliberada pelo diretório).

14/6 — O diretório e representantes de núcleos vão à prefeitura para pedir esclarecimentos e a readmissão dos demitidos. São atendidos por Gilson, que se retira após 10 minutos de conversa e não volta mais. À tarde, é procurada a direção estadual do partido e entregue documento explicativo da situação.

Acentuam-se os boatos da demissão dos dois diretores. Apesar de esperarem até as 22 horas na prefeitura, não recebem sequer uma satisfação por parte da prefeitura.

15/6 — Às 7 horas da manhã, voltam à prefeitura e novamente não são atendidos. Ao solicitarem ligação telefônica para a direção estadual do partido, são informados que, por ordem do Juraci, as ligações são proibidas. À tarde, a Executiva estadual convoca reunião do diretório mais representantes de núcleos, então já a mais de 36 horas esperando na prefeitura, com a presença de Gilson e demais diretores.

Ignorando tal encaminhamento, são afixados no quadro de editais da prefeitura, a exoneração de Tonhão e Ivan, com data de 13 de junho. Os diretores exonerados são proibidos de entrarem em suas salas. Ao mesmo tempo, Juraci é visto em reunião com vereadores do PMDB e PTB. A Prefeitura distribui nota a respeito das demissões aos funcionários e à população.

A Associação dos Funcionários Públicos de Diadema, em assembleia extraordinária aprova pauta de reivindicações, pedindo estabilidade no emprego, fim de perseguições políticas na prefeitura, readmissão dos demitidos injustamente, contra as atitudes arbitrárias da administração local e contra o desrespeito aos processos seletivos internos.

A Executiva estadual se reúne por 2 horas com Gilson, em sua residência, e não consegue convencê-lo a participar da reunião, que se realiza então com o comparecimento dos diretores. Juraci Magalhães "sente-se mal" e vai embora. Os demais diretores, durante a reunião, afirmam não concordar com todas as demissões, que elas partiram do gabinete, que foram pressionados, alguns alegando até covardia pessoal. Dizem que Gilson colocou a coisa em termos de "ou eles, ou eu", e que, diante disso, não tiveram outra opção.

O Diretório apresenta à Executiva Estadual as reivindicações que pretendia levar ao prefeito: 1) Imediata readmissão dos companheiros demitidos a partir de segunda-feira, 13/6; 2) Exoneração da função de diretor de departamento de Juraci Magalhães, José Augusto Silva Ramos e Jorge Flores (baseados em inúmeras denúncias que vão desde o não pagamento das cotizações ao partido, ao autoritarismo e atitudes policiais); 3) Cumprimento das deliberações da convenção de 21/5/83; 4) Não aceitação da renúncia do prefeito.

Os representantes da Executiva fazem uma outra proposta, colocando-se como mediadores do processo. Ela é rejeitada por Gilson e pelo partido. É necessário ressaltar que grande parte deste proposta já havia

sido deliberada em plenárias e convenções anteriores e não vinham sendo cumpridas pela administração municipal. Marca-se uma nova reunião para o dia seguinte, na sede do diretório.

16/6 — Apesar de convocado pela Executiva estadual e confirmado sua presença, Gilson não vai a reunião e fica reunido na prefeitura com a diretoria. Envia proposta ao diretório, através da Executiva estadual que é rejeitada pelo partido e encarada como provocação.

Nesse mesmo dia, na sessão semanal da Câmara, vereadores do PMDB e PTB ocupam a tribuna para contragular-se com a prefeitura pelas atitudes tomadas. Ante ao impasse existente, a Executiva estadual pede que se aguarde até domingo, dia 19/06, para que o Diretório Regional se manifestasse a respeito, sugestão aceita pelo diretório. Ainda nesta madrugada Lula é procurado pelo diretório e manifesta sua preocupação com o problema, reconhece acertos nas reivindicações do diretório e afirma que a Executiva Nacional se manifestaria caso o Diretório Regional não resolvesse a questão.

19/6 — Na reunião do Diretório Regional, dos 55 componentes menos de 20 compareceram, não atingindo o quórum para deliberações. Gilson finalmente aparece. É aberto espaço para que as partes se colocassem aos membros do Diretório Regional presentes.

É proposto que se aguarde mais uma semana para que o Diretório Regional possa se reunir novamente quando deliberaria com qualquer número de presentes. (Executiva assumindo sua posição). O diretório municipal apresenta duas propostas alternativas: uma, a de que aguardaria uma semana, desde que fossem readmitidos de imediato todos os demitidos; outra, de que aguardaria até terça-feira, dia 21/6, um posicionamento da Executiva Estadual. É informado, ao final da reunião, que pessoas ligadas à prefeitura vão à população levando um abaixo-assinado manifestando apoio à administração municipal.

EXECUTIVO E VEREADORES ELEITOS	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO
GILSON	50.000,00	50.000,00	—	—
PAULO AFONSO	—	56.000,00	56.000,00	—
ARQUIMEDES	50.000,00	19.139,00	185.500,00	185.000,00
MANOEL BONI	98.000,00	141.000,00	184.437,00	185.000,00
DORIVAL LOPES	—	—	—	—
GENTIL	98.000,00	149.000,00	184.437,00	184.437,00
MENDES	50.000,00	50.000,00	—	—
IVO	98.000,00	149.000,00	185.000,00	185.000,00
Contribuição: 50% do salário líquido.				

Resoluções da convenção de 21/05/83

1) Que as questões políticas e projetos, sejam discutidos nos núcleos e Diretório.

2) Que os projetos sejam de indicação da população e núcleos, respeitando a Plataforma e que os vereadores apresentem os seus projetos para discussão nos núcleos e Diretório.

3) Que o Diretório envie um ofício a Perseu Abramo ou ao Secretário Geral da Executiva Nacional, pedindo a retificação da matéria sobre Diadema, bem como seja garantido um espaço para Diadema e Santa Quitéria (a outra prefeitura administrada pelo PT).

4) Que o Executivo da Prefeitura e sua Administração estejam submetidos ao Diretório mais representantes de núcleos e ao Conselho Popular.

5) Que o Executivo da Prefeitura e sua Administração, juntamente com a Bancada e Diretório (ampliado) se reúnam a cada 15 dias para elaborar a política do Partido, criando linhas de atuação para a Prefeitura Municipal de Diadema e Bancada, estando o diretor da prefeitura como representante do núcleo, com direito a voto. Que essa reunião crie organismos necessários para melhor discussão junto às bases do Partido e população para melhor encaminhamento das decisões.

6) Caso o Plano de Ação elaborado não seja cumprido haverá punição, conforme estatuto.

7) Prazo de 30 dias, para que a carta de compromisso seja cumprida. Caso

contrário, haverá punição, conforme estatuto.

8) Que a Prefeitura de Diadema, feche com as lutas do partido e dos movimentos populares.

9) Que a partir de hoje, os diretores que desrespeitarem o Programa e Estatuto do Partido; o Diretório, mais representantes de núcleo, terão o direito de substituí-los e

10) Que os militantes funcionários da Prefeitura Municipal de Diadema, levem a sugestão à Associação dos Funcionários Públicos de Diadema, no sentido de formar Comissões de Trabalhadores por setor.

Diadema, 21 de Maio de 1983.



Em primeiro lugar, a questão do local e da infra-estrutura: até segunda ordem, graças às muitas articulações da comissão organizadora junto a sindicatos, governo estadual e Igreja, parecem estar garantidos os locais para plenárias e sessões de grupos de trabalho, além de ônibus para circular entre esses locais e alojamento para cerca de 5700 delegados. Aparentemente, tudo bem. Mas, realmente... A nova executiva da pró-CUT pode fazer recuar essas decisões. Como esse filme já passou por aqui, é bom estar de olho. Há propostas de realização do congresso no Rio de Janeiro, sob os auspícios do governo estadual, mas com a redução dos delegados de base. Ao mesmo tempo a CONTAG, cada vez mais agressivamente, se manifesta a favor da realização do congresso... desde que com ele concordem a maioria dos 5 mil sindicatos brasileiros. Isto é: nunca...

Todos esses raios suspensos no ar, sobre a cabeça do congresso, vêm junto com as articulações do pré-histórico sr. Ari Campista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). O superpelego, acusando a penetração de "organizações estrangeiras" com ajuda econômica a correntes "divisionistas" do movimento sindical, propõe, em troca a realização de um Congresso em outubro...

Marchas e contramarchas

A Comissão Nacional pró-CUT confirmou a data de realização do Conclat de 26 a 29 de agosto deste ano. Contudo, tantas questões estão pendentes que, mesmo assim, chuvas e trovoadas ameaçam o congresso.

por Régis Moraes

A CNTI ataca novamente

O jornal da CNTI, publicado em abril, traz seu balanço de 1982. Por aí, os trabalhadores brasileiros são informados que os grandes combatentes de sua causa manipularam, no ano passado, nada menos de Cr\$ 1,5 bilhões, ou seja, perto de 4 bilhões de dólares, ao cambio de janeiro/83. Desse total, quase 800 milhões de cruzeiros vêm do imposto sindical, e quase 700 milhões de juros de depósitos. Ficamos ainda sabendo que os gastos com pagamento da diretoria da combativa entidade sofrerão reajuste de, mais ou menos, 175%. Tem mais: o **Jornal do Brasil** publica notícia, com declarações de Ari Campista, falando da construção de um faraônico prédio de "formação sindical", no interior de Goiás, ao lado do sítio do ex-ministro Golbery (a vizinhança é acidental?) Custo do investimento combativo: Cr\$ 2 bilhões de cruzeiros...

Portanto, aguardem: qualquer congresso ou CUT que surgir no Brasil pode esperar o surgimento de outra central, patrocinada pelo unitário e patriótico sr. Ari Campista.

Um momento exigente

O quadro não poderia ser mais exigente para que o encontro sindical do PT, realizado em 17/18 de junho, se posicionasse energeticamente pela realização do CONCLAT em agosto (ver box). Mais que isso, a posição de um programa de lutas contra o super-arrocho, rumo à greve geral não vem em boa hora: deveria ter vindo muito antes e com muito maior empenho. Num país à beira de enormes desastres financeiros e políticos, uma proposta de deslocar o poder, derrubar a ditadura, vai seguramente parecer, cada vez menos, aos olhos dos trabalhadores, não uma aventura, mas uma necessidade tão evidente que chegaremos a perguntar: como conseguimos viver tanto tempo de baixo desse regime?

Paulo Paim

O Conclat tem que sair

O movimento sindical do Rio Grande do Sul conquistou avanços políticos e organizativos importantes no último ano. A Comissão Intersindical Estadual de Trabalhadores, coordenada por Paulo Renato Paim, Julieta Balestro e João Machado sintetiza a unidade e a combatividade dos trabalhadores gaúchos.

O Conclat já está sendo preparado em todas regiões do estado. O Enclat/RS se realizará dias 15, 16 e 17 de julho precedido por mini Enclats por região, cujas datas são as seguintes: Caxias, 10 de julho; Porto Alegre, 25 de junho; Pelotas, 2 de julho e Vale dos Sinos 3 de julho.

A situação portanto é bem diversa do resto do país. Em **Tempo**, diante das ameaças à realização do Conclat, foi ouvir Paulo Renato Paim, coordenador da Intersindical Estadual e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.

— Como você vê as condições para a realização do Conclat em agosto? O Conclat sai ou não sai?

Paim — O Conclat vai sair. Tem que sair. O momento sócio-político obriga mais do que nunca a classe trabalhadora a se reunir no Conclat para tomar uma posição e dar uma resposta a situação atual. É preciso parar com o genocídio da classe trabalhadora que o sistema está promovendo. E eu digo genocídio porque é só ir ver a situação do exército de desempregados que está aí nas ruas passando fome.

— Alguns setores do movimento sindical estão condicionando a realização do Conclat a um apoio do governo Montoro ou Brizola. O que você acha disso? Isso não significaria um atrelamento do movimento sindical a esses governos ferindo a independência e a autonomia da CUT? O Conclat sai mesmo sem o apoio destes governos?

Paim — Eu acho uma incoerência dizer que é necessário esse apoio. O Conclat vai sair independente do Montoro ou Brizola apoiarem. Em 81 o movimento sindical fez o primeiro Conclat sem precisar do apoio



de nenhum governo. E fez num estado de São Paulo governado pelo PDS. Agora, o que me preocupa é o racha do movimento sindical paulista que pode inviabilizar a realização do congresso no estado. Mas o Conclat sai. A reunião dias 15 e 16 em Brasília tem que definir isso. O Rio Grande do Sul exige uma definição. Se São Paulo não assumir a organização nós defendemos que saia no Rio de Janeiro. Com ou sem apoio do governo. Se o Montoro e o Brizola quiserem apoiar isso é com eles e nós aceitaremos esse apoio mas sem comprometimento nenhum do movimento sindical com qualquer governo. O compromisso do movimento sindical é com os trabalhadores, com suas lutas e seus interesses. Com mais ninguém.

— Na situação atual do movimento sindical, que saldo vai dar o Conclat na sua opinião?

Paim — Acho que no Conclat nós precisamos não só fundar a CUT como tirar uma diretoria provisória. Essa diretoria teria que continuar o processo de enraizamento da CUT no seio da classe trabalhadora, ser o canal de representação política dos trabalhadores a nível nacional e internacional. E vai ter como tarefa central organizar e centralizar a luta a nível nacional contra o arrocho e o desemprego. Para isso é importante que haja união. A classe trabalhadora está sendo massacrada e isso exige a saída de uma única central que seja referência de todo o país e um passo na construção de uma sociedade dos trabalhadores para os trabalhadores.

PT reafirma luta pelo Conclat e pela greve geral

O Encontro Nacional de Sindicalistas do PT, realizado nos dias 18 e 19, em S. Paulo, contou com a participação de 250 delegados, vindos de dezesseis estados do país. Centro importante para deliberar sobre a política do partido para o movimento sindical, o encontro teve, na mesa da plenária final, nada menos que: Gushiken (Bancários de S. Paulo), Jair Meneguelli (S. Bernardo), Olívio Dutra, Lula, Jacó Bitar.

Precisando melhor as posições do partido sobre o Conclat e a greve geral, o encontro foi também atropelado por problemas urgentes: as lutas dos mutuários do BNH e dos trabalhadores das estatais contra os recentes pacotões e pacotinhos baixados pelo FMI através

de seus representantes tupiniquins, sediados no Planalto Central.

Apesar dos inegáveis avanços de homogeneização e aprofundamento das práticas sindicais do partido, a confusa discussão sobre o "caráter" da greve geral fez ver uma limitação do partido, isto é, de um organismo que pretende ter uma posição diante do poder político. Assim, houve uma certa tendência a fazer de conta que não se precisa mencionar os seus objetivos políticos "porque uma greve dessas dimensões é por si um fato político". Isso é inegável. Como inegável é também que o partido deve dizer à classe trabalhadora, claramente, qual o seu inimigo, como quer combatê-lo e por qual poder quer

substituí-lo. Aliás, a posição de "marcar politicamente" a greve chegou a receber 30% dos votos da plenária e polarizou a discussão do plenário no primeiro dia do encontro.

As resoluções

A plenária posicionou-se a respeito dos seguintes temas:

1. "É necessário preparar o CONCLAT/83 na perspectiva de dar uma resposta aos ataques do governo e dos patrões, ligando aquela atividade à própria atividade de organização da Greve Geral, de tal sorte que, se não tiver sido deflagrada até a realização do congresso, devemos concentrar esforços para que o Conclat seja uma instância de organização e deflagração da greve geral".

2. A greve geral deve ser centralizada nas reivindicações concretas e imediatas: revogação dos decretos de arrocho; salário desemprego, redução da jornada sem redução de salário, estabilidade no emprego.

3. A referência à luta política da greve geral contra o próprio regime militar apareceu como elemento bastante lateral, mencionado como um "trabalho de educação política" que "explique a importância da derrubada das leis arbitrárias" e da ruptura com o FMI.

4. "A greve geral não significa que todas as categorias e estados vão parar num só momento(...) e é bem provável que ela se desencadeie em um só estado ou em algumas categorias essenciais".

Funcionários das estatais

A resposta ao pacote é greve

A mobilização dos funcionários das estatais contra o novo pacote pode ser considerada a 1.^a grande mobilização de massas contra as medidas impostas pelo FMI. Centralizada a nível nacional pelos sindicatos dos bancários — com mobilizações maiores em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Distrito Federal e S. Paulo — movimentando principalmente os funcionários do Banco do Brasil, o movimento vem crescendo em força e amplitude.

As medidas do chamado pacote das estatais aparentemente visam disciplinar o seguro privado com que trabalham essas empresas, conter seus gastos e cortar supostas "mordomias" dos funcionários. Por baixo do pano, expressa um acordo entre banqueiros nacionais e o capital financeiro internacional, ávidos pelo mercado controlado pelas estatais.

Não faltaram pronunciamentos nacionalistas de parlamentares democráticos, denúncias nos órgãos de imprensa etc. Mas ficou claro que medidas de proteção à economia do país só adquirem força quando assumidas pela mobilização dos trabalhadores. E é isso o que tem sido feito.

As chamadas mordomias dos funcionários das estatais, particularmente do Banco do Brasil, nada mais são do que conquistas de anos de lutas dos trabalhadores bancários: os salários, benefícios e estabilidade no emprego foram arancados ao governo por gerações de bancários em luta.

Segundo nota do Comando de mobilização e do Sindicato dos Bancários de S. Paulo o adicional de dedicação integral corresponde às horas-extras dos comissionados; as gratificações semestrais existem há 60 anos e as Caixas de Previdência e Assistência contam com a participação financeira mensal dos funcionários.

E os funcionários das estatais, tendo à frente os do Banco do Brasil, estão dispostos a luta na defesa de seus direitos.



Mobilização dos bancários paulistas

A decisão já está tomada a nível nacional: se Figueiredo assinar o decreto o Banco do Brasil pára. Não se trata de um blefe, o governo sabe disso e por duas vezes já recuou: as primeiras manifestações de repúdio, com assembleias massivas em vários estados, retardou a assinatura do pacote. A determinação dos funcionários do Banco do Brasil de trabalharem usando uma fita verde amarela — símbolo da luta de resistência contra a des-nacionalização da economia — mostrou

que os bancários estão organizados e sob a direção do seu comando nacional de mobilização. O recuo do governo se explicita na revisão das medidas de corte nas conquistas econômicas dos funcionários.

São Paulo

Em S. Paulo a organização dos bancários é exemplar: um comando de mobilização composto de representantes das 240 agências do Banco do Brasil, com

uma executiva de 12 pessoas, dirige o movimento junto com o sindicato, onde os quatro diretores ligados ao Banco do Brasil — Ací Rangel, Paulo Sergio, Rui Sá e Luizinho Azevedo — fazem parte do comando com papel determinante na condução das lutas.

A expressão dessa organização são as assembleias realizadas. A última antes do fechamento dessa edição com mais de cinco mil trabalhadores onde a massa exige objetividade e unidade de seu comando.

As resoluções são todas no sentido de dar continuidade, fortalecer e ampliar a luta: unificar com os trabalhadores das demais estatais, declaração de estado de greve, assembleia permanente e o reconhecimento em lei dos delegados de agência e seções.

Apesar do caráter espontâneo e explosivo do movimento dentro das agências bancárias, o avanço organizativo da categoria e fortalecimento do sindicato se fez sentir desde a primeira semana da luta: a organização e representação na direção das lutas de delegados por local de trabalho, destituíveis a qualquer momento, por um lado e mais de 2.500 novas sindicalizações, chegando-se, em algumas agências, a 100% de trabalhadores sindicalizados. Uma clara e inequívoca demonstração dos trabalhadores bancários de S. Paulo e de seu sindicato de que é na luta que se constrói a organização e que os trabalhadores não só podem resistir às medidas de arrocho do governo mas também fazê-lo recuar.

(Luci Ayala)

Funcionários Estaduais/SP

Montoro volta a reprimir

Ao se retirarem da prefeitura e do governo de S. Paulo, o PDS deixou ao funcionalismo um abono de 70% e 62% respectivamente. O democrático governo do PMDB, que comprometera-se a recompor os salários do funcionalismo, ofereceu 15% de reajuste sobre estes índices. Mais do que isso, ameaçou os servidores de terem de apertar ainda mais o cinto para 1984.

Apesar dessa realidade, o funcionalismo não conseguiu reagir unitariamente, sendo vítima por um lado, da ilusão de que este governo é comprometido com os trabalhadores e de que se não paga é por que não tem verbas. Por outro lado, a situação de organização do funcionalismo, a quem não é dado o direito à sindicalização, pouco contribui para criar uma referência comum ao movimento.

Nesse quadro, o conselho de representantes da FEPASP conseguiu organizar o Congresso Estadual dos servidores estaduais, centralizando as reivindicações dos servidores, estabelecendo um Comando de Mobilização, sem no entanto ter bases em organizações por local de trabalho ou mesmo estruturas regionais de mobilização que conseguissem dar uma sustentação regional ao movimento. E o pouco empenho da entidade dos professores — APEOESP — na unificação do movimento, acentuava sua fragilidade.

Apesar dessa precariedade, o funcionalismo municipal decretou greve geral a partir de 1.^o de junho, seguido pelos servidores estaduais, reivindicando 120% de reajuste e o reajuste semestral.

Atingindo basicamente o setor de saúde nos estaduais, este e as creches a nível municipal, a greve não conseguiu a adesão dos professores, notadamente dos servidores do estado, perdendo em força e organização. Mesmo assim a combatividade dos servidores conse-



guiu coisas inéditas nesses anos de ditadura, como a total paralisação da secretaria da Fazenda, dia 14 de junho e a da Administração dia 21, chegando ao coração do aparelho administrativo do estado.

O fim das ilusões

Escudando-se no esfarrapado argumento da falta de verbas, recusando-se a negociar com as entidades representativas do funcionalismo, pouco tempo durou a imagem de democracia apregoada pelo governo Montoro.

‘Não faltou também a repressão direta ao movimento na agressão ao piquete na porta da Secretaria da Fazenda, na destruição do aparelho de som alugado pelos funcionários, no cassete baixado na cabeça dos manifestantes na praça da Sé.

Não satisfeito com isso, o democrático governo Montoro realizou um ato jamais ousado pelos seus antecessores do PDS desde 1968: a invasão da USP pelas tropas da PM. É bom lembrar que nem o fascista Erasmo Dias teve a audácia de mandar as tropas invadirem a cidade universitária, medida assumida pelo governo Montoro para dissolver o piquete de funcionários que tentava paralisar a reitoria da USP.

Funcionalismo Federal

A greve é nacional

Agora, os servidores vão à luta, numa greve de caráter nacional.

Com a realização de uma concentração em frente ao Congresso Nacional dia 21 de junho, os servidores públicos federais prosseguem em sua mobilização. A organização alcançada pelos servidores tem sua origem no I Encontro Nacional de Servidores Públicos Federais, realizado em março quando foi definida uma pauta de reivindicações, um cronograma de lutas e escolhida uma Comissão Nacional para coordenar o movimento do país.

Mesmo antes do Encontro, já se anunciava um ano de lutas para os servidores: em janeiro deflagra-se a primeira greve de funcionários federais fora do âmbito da universidade após 64, com 12 dias de duração, um primeiro ensaio para o movimento que vem se alastrando por vários estados da federação.

Com uma pauta unificada e centralizados a nível nacional, os servidores cumpriram uma seqüência de mobilizações, vindo a estourar, em 18 de maio, a greve dos servidores em S. Paulo, que prossegue até hoje. Seguindo-se a paralisação em nove estados: RG do Sul, Sta. Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo e Paraíba. Estes estados concentram cerca de 80% da categoria, sendo que a paralisação atinge cerca de 230 mil servidores, o que significa cerca de 60% da categoria nestes estados.

Constituindo-se como uma das categorias que mais sofreram o arrocho salarial no país desde o golpe de 1964, são também os que obtiveram o menor índice de reajuste do Brasil: 40% em janeiro e 30% em maio, o que significa 62% ao ano. Cerca de dois terços da categoria recebe até dois salários mínimos e uma parcela significativa — os estatutários — não têm direito ao reajuste semestral. As reivindicações

centrais são 70% de reajuste a partir de maio, 13.^o salário e reajuste semestral.

Essa situação de penúria em parte se explica pela desorganização da categoria, que não tem direito a sindicalização e pela proliferação de Associações fantasmas e de caráter recreativo que durante muitos anos conteve o processo de organização e mobilização da classe. Um processo que começa a ser revertido pela situação de miséria que chegou o funcionalismo que empurra a categoria a mobilizar-se rapidamente, aderindo à paralisação de suas atividades, em alguns locais sem qualquer contato anterior com o processo de mobilização. A consequência direta têm sido a construção de novas Associações de caráter sindical ou a conquista e transformação de velhas associações recreativas e pelegas em instrumentos de luta da categoria. E o próprio movimento colocou como reivindicação central, ao lado das econômicas, o direito à sindicalização.

O governo, que até então ignorava oficialmente o movimento, recusando-se a receber suas lideranças e a negociar suas reivindicações, não pode mais manter-se nessa posição. Na segunda feira, dia 20, o general Figueiredo veio a público ameaçando os servidores com punições, argumentando que "funcionário público não pode fazer greve, isto é, faltar com seu dever fundamental, negar sua razão de ser que é servir o povo, que é quem paga os seus vencimentos". O General presidente só não explica porque a defasagem e para onde vai a diferença entre a massa de impostos com que sangra o bolso dos trabalhadores brasileiros e os magros salários dos funcionários públicos.

Desempregados gaúchos vão às ruas

Dois mil desempregados do Vale dos Sinos, com o Sindicato dos Metalúrgicos à frente, foram às ruas em Canoas. O centro da cidade parou e foi conquistado um rancho básico e isenções no pagamento dos impostos, taxas de água e luz. O próximo passo do movimento é uma passeata até o Palácio Piratini, onde será exigida de Jair Soares uma solução para o desemprego no estado.

Por Paulo Cezar da Rosa

Mais de dois mil desempregados tomaram as ruas de Canoas no último dia 10 pela manhã. Decidida em assembléia realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, a passeata foi parar em frente a prefeitura municipal. A manifestação impôs a sua presença aos gritos de "queremos emprego", "um, dois, três, quatro, cinco mil, ou para o desemprego ou paramos o Brasil". Já no centro da cidade, diante de uma polícia pega de surpresa e lojas de comércio que fechavam suas portas, Paulo Renato Paim, megafone na mão, puxava a seguinte palavra de ordem: "o povo não tem medo, o povo quer emprego". A passeata estava organizada de tal forma que desconcertou a repressão e paralizou o centro de Canoas cerca de meia hora.

Reivindicações conquistadas

Na prefeitura, PMs nervosos tratavam de fechar os portões. Os manifestantes exigiam a presença do prefeito interventor (Canoas é área de segurança nacional). Osvaldo Guindani acabou descendo, e foi obrigado a atender algumas das reivindicações dos trabalhadores. Estes exigiam emprego, rancho básico, isenção de pagamento de impostos municipais, isenção do pagamento das taxas de água e luz e passe livre aos desempregados nos transportes coletivos. Dali mesmo os trabalhadores voltaram com três conquistas concretas: um milhão de cruzeiros que serão comprados em ranchos e distribuídos pelo sindicato dos metalúrgicos, isenção do pagamento dos impostos municipais, e isenção de pagamento das taxas de água e luz. De resto, o prefeito fez promessas de emprego numa obra da construção de um conjunto habitacional do BNH, além de afirmar que haverá passe livre nos ônibus da cidade.

A organização

A imprensa burguesa do Rio Grande do Sul noticiava o movimento no dia seguinte como algo surpreendente. Na verdade, ele



vinha sendo organizado desde algum tempo. Quinze dias antes, tinha ocorrido a primeira assembléia de desempregados reunindo trabalhadores de Canoas, Esteio e Sapucaia. Nesta assembléia foi tirada uma comissão de trinta desempregados, dez de cada cidade, que se encarregou da organização da luta. A comissão tinha ficado de visitar as câmaras e prefeitos de cada cidade. Em Canoas, tanto a Câmara de Vereadores, de maioria oposicionista, quanto o prefeito interventor quiseram simplesmente enrolar os trabalhadores.

Diante de dois mil manifestantes, que não se mostravam dispostos a voltar para casa sem algum tipo de resposta positiva a seus problemas, no entanto, Osvaldo Guindani conseguiu verbas e isenções num espaço de cinco minutos.

O movimento continua

Na última sexta-feira, dia 17, mais de quatro mil desempregados se reuniram na sede do sindicato dos metalúrgicos de Canoas. Ficou definida a realização de uma nova assembléia, desta vez no ginásio Kurashik, em Sapucaia, as dez horas do dia 11 de julho. A intenção é estender todas as conquistas obtidas em Canoas — isenção de pagamento dos impostos municipais e taxas de água e luz, rancho básico de emergência e passe livre nos transportes coletivos — para as cidades de Esteio e Sapucaia. A assembléia tirou ainda a orientação de puxar o movimento dos desempregados a nível estadual, fortalecer os comitês municipais, organizar comitês por bairro e pressionar outros sindicatos da região a participarem da luta.

Uma situação desesperadora

700 mil desempregados e subempregados. 90 empresas falidas somente nos primeiros quatro meses do ano. E a onda de desemprego no estado parece ainda não ter chegado ao seu ponto máximo.

A população economicamente ativa do Rio Grande do Sul é de três a três milhões e meio de habitantes. Segundo dados do DIEESE, há no estado cerca de 700 mil desempregados, ou seja, de 20 a 25% da força de trabalho.

O que o governo Jair Soares fez até agora foi criar um Conselho Estadual de Política de Emprego. Do CEPE participam as Federações dos trabalhadores e patronais e o órgão teria como objetivo criar novos empregos. Porém o que CEPE fez digno de nota foi ir para os jornais elogiar a liberação de 250 bilhões do

FINSOCIAL pelo governo federal para a geração de novos empregos. Além disso, o governo Jair Soares também anunciou a liberação de uma verba suplementar de 55 bilhões de cruzeiros "que seriam aplicados em grandes obras viárias e contras as cheias gerando 33 mil novos empregos no campo e na cidade". Mas até agora, de concreto, não surgiu nada. Quanto ao FINSOCIAL, a comissão dos desempregados do Vale dos Sinos em documento às autoridades exigia inclusive a sua restituição aos trabalhadores por

não acreditar que esse dinheiro estivesse sendo aplicado na geração de empregos.

O maior número de desempregados estão no setor metalúrgico (75 mil), e de construção civil (92 mil). No setor metalúrgico, só no primeiro trimestre desse ano foram demitidos mais de 6 mil trabalhadores no estado. Em Caxias do Sul, de junho de 80 a abril de 83 foram demitidos 17 mil trabalhadores. Segundo o Coordenador do SINE no Rio Grande do Sul, Caxias só perde para São Bernardo em todo o país no índice de desemprego. Nesta

cidade, 50% dos trabalhadores na construção civil e 26% dos metalúrgicos estão na rua.

Mas a crise não atinge somente os trabalhadores na produção. As profissões universitárias, antes com emprego e salário garantidos, também estão sendo duramente atingidas: 15% dos engenheiros, geólogos e agrônomos estão desempregados e dos 13.500 médicos registrados no Conselho Regional de Medicina, 3 mil estão na mesma situação.

(Paulo Cezar)

RG Sul - Professores

Uma eleição disputada

Com um jantar no Clube do Bolão Gaúcho, (Canoas) no próximo sábado, dia 25 de junho a chapa de oposição ao Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul fará seu lançamento público e o início da campanha eleitoral.

A novidade desta eleição é que as várias correntes de oposição à atual Diretoria estão unidas e apresentam-se como uma única chapa, o que não ocorreu na última eleição em 1980.

O processo de escolha da chapa e de programa foi básico para essa unidade. A partir da iniciativa de alguns grêmios de Escolas importantes do Estado e de Associações de Docentes das maiores universidades privadas efetivaram-se várias reuniões preparatórias que foram amadurecendo o lançamento de uma chapa única bem como incorporando, crescentemente, novas adesões de professores de outras escolas que também estão descontentes com a atual diretoria.

A atual gestão tem se caracterizado pelo imobilismo e pela manutenção de um sindicato quase exclusivamente assistencialista, o que tem resultado em frágeis campanhas salariais e acordos com o Sindicato patronal que vem deteriorando os níveis salariais dos professores e sem avançar, praticamente, nada em outras conquistas referentes às condições de trabalho e estabilidade. Mendes Gendelman que encabeça a chapa da situação está há cinco gestões na Diretoria e concorre a quarta vez como presidente.

Onde está oposição?

Pela oposição, a constituição dos cargos para os diretores efetivos baseou-se muito na indicação pelas várias entidades de base onde atuam esses professores e está formada por Maria Eunice (Colégio João XXIII); Boeira (PUC/RS), Raul Pont (Unisinos-São Leopoldo), Paulo Guedes (Colégio Anchieta) e Maróstica (Colégio La Salle - Canoas).

A chapa oposicionista está reunindo todos os sábados na sede 2 do Sindicato, na Travessa Leonardo Truda, na parte da tarde e convida a todos os professores que queiram se engajar na campanha entrem em contato com os membros da Diretoria da chapa dois indicados acima ou através das associações de professores desses Colégios e Universidades.

As eleições serão no final do mês de agosto e até lá haverá lançamento de programas, debates entre as chapas nos principais colégios e, seguramente, será uma das campanhas mais duras do sindicalismo gaúcho.

(da sucursal)

Divinópolis - MG

Fraudadas as eleições metalúrgicas

Mais uma vez, as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Divinópolis (junho), polo da região Centro-Oeste de Minas Gerais, foram marcadas pelo golpe dos pelegos que, aliados aos patrões, usaram de todos os meios para impedir que a oposição pudesse assumir a direção da entidade.

Das três chapas inscritas, só concorreram ao pleito a Chapa 1, da situação, e a Chapa 2, de oposição, liderada por Gerardo de Oliveira. A pressão dos patrões e dos pelegos obrigou os integrantes da terceira chapa e desistirem.

No primeiro escrutínio, a oposição deu um susto nos pelegos e foi vencedora por 1.265 contra 1.231 votos, mas como não houve o quorum legal, marcou-se nova votação. Os pelegos e os patrões, com a cobertura da Federação dos Metalúrgicos, investiram para valer ameaçando os membros da chapa de oposição e, principalmente, usando do tradicional artifício de fraudar o resultado das urnas. Os 2.580 eleitores que votaram no primeiro escrutínio passaram a 3.946 na segunda votação. Com o controle absoluto das mesas eleitorais, a Chapa 1 levou pessoas estranhas à categoria para votar, como médicos, telefonistas, motoristas e até associados já falecidos! O resultado não podia ser diferente e a situação do primeiro pleito se inverteu, com 1.724 votos para a Chapa 1 e 1.561 para a oposição.

A oposição já entrou com recurso junto à Delegacia Regional do Trabalho pedindo a anulação das eleições e não faltam provas da fraude, a começar pela cédula que vinha com os nomes dos integrantes da Chapa 1 destacado em negrito e com tipos maiores do que os nomes da Chapa 2.

(Da sucursal)

USP O I Encontro dos Estudantes Petistas

Por Álvaro Frota

Durante todo o dia 11 de junho, de manhã em grupos de discussão e à tarde em plenária, cerca de oitenta a cem estudantes petistas, de dezesseis escolas da Universidade de São Paulo realizaram o I Encontro dos Estudantes Petistas da USP.

As deliberações

A pauta do Encontro discorreu sobre o PT e a Universidade, o PT e o movimento estudantil e sobre a organização dos petistas na USP. No ponto PT e Universidade foi deliberado a constituição de uma comissão para, junto com a Comissão de Ensino do partido, elaborar um projeto de Universidade do PT. Além disso, foi decidido uma plataforma de reivindicações para nortear a luta dos petistas na USP, uma campanha visando dez mil assinaturas por um Congresso do DCE que unifique as lutas dos estudantes na universidade, além de se entender necessário um Congresso de toda a USP.

No ponto PT e movimento estudantil, a discussão central colocou que o objetivo dos petistas deve ser intervir unificados, realizando um trabalho comum

de reconstrução das entidades e impulsionando as lutas dos estudantes, sempre respeitada a democracia e a autonomia do movimento. Assim, o objetivo não é uma chapa única dos petistas para "ganhar" o DCE da USP a qualquer preço mas sim um trabalho que tenha numa chapa de oposição à atual diretoria (ligada ao jornal *Voz da Unidade*) consequência natural.

No ponto sobre a organização dos petistas foi decidida a construção de núcleos por escola e a constituição de uma coordenação formada por um estudante por escola onde houver núcleo, pré-núcleo ou agrupamento de petistas, referendado na escola. Foi levantado também a necessidade de um II Encontro dos Petistas da USP, além de Encontros Estaduais e Nacional.

"O Trabalho" de sempre...

Quanto à coordenação, a proposta inicial era de constituir-la no próprio Encontro e 26 nomes se dispuseram a integrá-la. Argumentando que 26 era um número muito alto, estudantes da "ex"-tendência *Liberdade e Luta* (que hoje se auto intitulam

"simplesmente petistas") apresentaram uma chapa com cerca de quinze componentes, sendo que a maioria desses quinze eram... da própria "ex"-*Liberdade e Luta!* Perguntados sobre quais critérios políticos norteariam a escolha da chapa, não conseguiram responder, pois não os havia, dada a natureza inicial das discussões. E, sob pressão da plenária, acabaram por retirar essa chapa, que nada mais era que uma tentativa de aparelhar o PT na USP.

Perspectivas

O Encontro foi um passo positivo para a organização do PT entre os estudantes. É verdade que houve falhas, com uma certa despolitização na discussão, com muitas das definições ficando um tanto imprecisas e com a direção estadual, apesar de apoiar (inclusive materialmente) o Encontro, não comparecendo. No entanto, essas falhas não comprometem o passo positivo que foi dado e o Encontro se constitui numa referência obrigatória para o trabalho dos petistas na universidade. Agora, é partir para a construção dos núcleos e para o reerguimento do movimento estudantil.

Porto Alegre

Secundaristas reconstruem sua entidade

Por Ricardo Willrich (*)

Em Porto Alegre, existem mais de 65 mil estudantes secundaristas, distribuídos em dezenas de escolas e enfrentando os mais variados problemas, como a repressão, o avanço do ensino pago, as péssimas condições de ensino e outros mais, o que faz enorme a necessidade de uma entidade que centralize e unifique as lutas a nível metropolitano.

No entanto, a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Porto Alegre (UMESPA) não tem cumprido seu papel. Não por acaso, a UMESPA foi uma das poucas entidades que não foram fechadas nos anos negros da repressão. Realizando acordos com a ditadura, se comprometendo a "não fazer política", se mantendo através de golpes e manobras, as sucessivas diretorias pelegas da UMESPA sempre impediram que sua estrutura e recursos estivesse a serviço do movimento secundarista.

A última dessas diretorias praticamente destruiu a entidade. O Conselho Metropolitano de Entidades Secundaristas



(CMES) ficou sem se reunir por mais de um ano, e até o final do ano passado, não havia um único Grêmio Estudantil a ele filiado. O mandato da diretoria terminou em 31 de outubro de 82 e a própria Justiça não mais a reconhece, através de uma medida cautelar impetrada pelo presidente do Grêmio Estudantil do Aplicação.

Por isso, diversos Grêmios Estudantis iniciaram um processo de reorganização da UMESPA, filiando as entidades de base ao CMES e o reativando. Através do CMES, foi decidido

não mais reconhecer as pessoas que se encontram na entidade como sua diretoria, desautorizando qualquer manifestação em nome dos estudantes secundaristas de Porto Alegre. Foi decidida também uma campanha de filiação à UMESPA junto aos Grêmios e a visita a outras entidades buscando apoio ao processo de reorganização da entidade. Um ato público em frente à UMESPA, pela retomada da sede e contra a repressão nas escolas foi reprimido pela polícia.

Esse processo culminará nos próximos dias, 25 e 26 de junho na Assembléia Legislativa com um Congresso de Reorganização da UMESPA, que contará com a participação de um delegado por cada sala de aula, onde os secundaristas, pela primeira vez na história da entidade, deliberarão soberanamente sobre seu movimento.

(*) Ricardo é membro da diretoria provisória da UMESPA

UEE - M. G. Golpistas se mantêm na entidade

Após o 28º Congresso da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, onde os adeptos dos jornais *Voz da Unidade* e *Hora do Povo*, aliados à direita e aproveitando-se de uma maioria circunstancial, deram um golpe e elegeram-se a si próprios como nova diretoria efetiva da entidade, foi articulado em Minas Gerais uma campanha denunciando a ilegitimidade da nova "diretoria" e exigindo um Congresso Extraordinário da UEE para setembro, onde os rumos do movimento pudessem ser democraticamente deliberados.

Essa campanha, que passava pela convocação de um Conselho de Entidades de Base (CEB) da UEE mineira foi assumida por todas as correntes petistas, os apoiadores do *EM TEMPO*, os do *O Trabalho*, o pessoal da *Caminhando*, os independentes e setores da *Onda* (grupo que venceu as eleições para o DCE UFMG). Além disso, foi assumi-

da (ao menos formalmente) pelos adeptos da *Tribuna Operária*, do PMDB.

No entanto, apesar dos esforços dos apoiadores deste jornal e da diretoria do DCE da UCMG, que assumiu a campanha e percorreu quase todo o interior do estado, o descompromisso dos apoiadores de *O Trabalho* e da *Onda*, além da guinada de 180º da *Tribuna Operária*, que passou a defender a atual diretoria biônica, acabou fazendo com que a proposta de um Congresso Extraordinário perdesse por dois votos no CEB realizado a 11 de junho. Nesse CEB, a atual diretoria da UEE deu ainda mais provas de seu caráter aparelhista, trazendo inúmeras entidades fantasma para nele votar. Com esse resultado e com o esvaziamento provocado pelas férias, os golpistas na UEE mineira conseguem manter seu espaço, mesmo que provisoriamente. (da sucursal)



Movimento Estudantil:

Crise e perspectiva para uma prática revolucionária

por Américo Antunes.

Resgatando episódios importantes da falência da Universidade e das lutas do movimento estudantil no

período 77-82, este lançamento da Editora Aparte pretende abrir o debate sobre os rumos das lutas dos estudantes, à luz de suas experiências históricas.

O autor, Américo Antunes, foi presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais e teve expressiva participação nas lutas desse período.

Em todas as sucursais do *EM TEMPO*, por apenas Cr\$ 300,00.

Leia PERSPECTIVA INTERNACIONAL Nº 5

● Ernest Mandel analisa a crise do sistema monetário internacional.

● Um dossiê sobre as políticas de austeridade da burguesia nos países imperialistas e as perspectivas dos trabalhadores: o movimento operário na Europa, nos EUA e no Canadá.

● A situação no Oriente

Médio após a invasão israelense no Líbano e a retirada dos guerrilheiros palestinos.

● Paraguai: as transformações na economia e o estreitamento dos laços com o Brasil.

● Brasil: a estrutura sindical e os impasses do movimento.

Stancioli julgado nas ruas

No dia 10 de junho, um mês depois de absolvido na prática pela "Justiça", o assassino de Eloisa Ballesteros foi julgado nas ruas, em peça de teatro organizada pelas feministas mineiras.



Um mês depois do julgamento de Márcio Stancioli pelo assassinato de sua mulher, Eloisa Ballesteros, a campanha contra a violência em Minas Gerais toma a forma de uma peça de teatro, apresentada para cerca de mil pessoas, num ponto central de Belo Horizonte, as escadarias da Igreja São José. Entre o público, a atriz Dina Sfat, a vereadora Helena Greco (PT), e a ex-candidata a governadora pelo PT-MG Sandra Starling.

A peça representou um júri simulado do assassino e foi organizada pelo Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, o PT, o Grupo Sempre Viva e o Departamento Feminino do PMDB. Atores mineiros, dirigidos por Pedro Paulo Cava, representaram o réu, os advogados, as testemunhas e a vítima, enquanto bonecos representavam os sete jurados. Foi acrescentado um personagem à peça, um "coringa", que fazia a voz feminista. Já na abertura, sob risos da platéia ele anunciava: "Qualquer semelhança com fatos vividos ou pessoas reais não passa de mera coincidência". Fora as intervenções do "coringa", o texto do júri simulado foi tirado dos próprios autos do julgamento de Márcio, cuja sentença publicamos, ao lado.

Feminismo nas ruas

Para Dirlene Marques, da Comissão de Mulheres do PT mineiro, o júri simulado foi importante para levar a luta feminista para as ruas, uma vez que crimes como o de Márcio fazem parte de uma violência que começa no cotidiano. A Comissão está iniciando uma pesquisa que visa saber se a "Justiça" é injusta contra as mulheres em todas as camadas sociais. Elas pretendem obter dados mais completos sobre os assassinatos de mulheres nas diversas classes sociais em Minas Gerais.

Pois, se casos como o de Márcio e Eloisa ganham destaque na imprensa por envolverem pessoas da alta sociedade, cotidianamente as páginas policiais comentam assassinatos de mulheres por seus esposos ou amantes. Depois do julgamento de Stancioli, pelo menos dois

outros crimes foram cometidos em Belo Horizonte, ambos com requintes de barbaridade.

No bairro dos Milionários (Barreiro de Cima), um barbeiro matou sua mulher, a professora Marlene, a navalhada. Em seguida, tomou veneno e foi morto longe de casa, deixando morrer a mulher sangrando e o chuveiro ligado — talvez para que a vizinhança não ouvisse seus gemidos.

Segundo os moradores do bairro, o barbeiro não admitia que Marlene tivesse dois empregos, ganhasse muito mais do que ele e tivesse "mais cultura". Os dois tinham apenas um ano de casamento. Este crime emocionou a região e foi motivo de um debate promovido pelo núcleo do PT do Barreiro.

Já no Pindorama, um homem esfaqueou a mulher devagarinho, atingindo primeiro as regiões que não a matariam. Tudo isso diante dos filhos, todos em volta. Quase linchado pelo pessoal do bairro, o assassino saiu protegido pela polícia e até o momento encontra-se preso.

Diante de tudo isso, cresce também a luta contra a violência à mulher, no estado onde foi inaugurado o argumento da "Legítima Defesa da Honra" pelo advogado Pedro Aleixo, contra Jô Souza Lima, em 1971. Hoje esperam novo julgamento os assassinos Doca Street e Eduardo, o paisagista que proibia a mulher, Regina, de usar mini-saia.

Aqui, as conclusões dos jurados e a sentença fixada pelo juiz Celso Alves de Melo contra o réu, Márcio Stancioli.

"O réu praticou o fato em defesa de sua honra.

O réu defendeu sua honra de agressão injusta.

Essa agressão à honra do réu era antiga e estava prestes a se realizar. Apesar dos meios utilizados pelo réu para repelir a agressão terem sido desnecessários, foi considerado que o mesmo não agiu intencionalmente.

SENTENÇA

Considerando os antecedentes do réu. Considerando sua personalidade.

Considerando a intensidade da culpa. Considerando os motivos do crime.

Considerando as circunstâncias e consequências do crime (...) fixo esta pena de dois anos de detenção em defini-

tivo, devendo o réu cumpri-la em estabelecimento penal próprio.

Considerando, porém, que o réu tem bons antecedentes, é primário e trabalhador, tem personalidade normal e que os motivos e circunstâncias do crime autorizam a presunção de que não tornará a delinquir, concedo-lhe a suspensão condicional da pena por três anos, sob a seguintes condições: a) não andar armado; b) não frequentar bares e apresentar-se a este juízo, de 6 em 6 meses, com atestado de boa conduta.

Sala das sessões do I Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte, à 01:30 hora do dia 13 de maio de 1983.

Celso Alves de Melo
Juiz Presidente"

Conselho da Condição Feminina

Ao lado de Montoro e Brizola, Tancredo anunciou na TV-Mulher, em abril, que Minas também teria sua assessoria feminina. Mas até agora não aprovou o projeto.

Tudo muito bom. Tudo muito bem, mas ... entregue pelo Departamento Feminino do PMDB de Minas, no dia 20 de abril o projeto do Conselho da Condição Feminina do Estado ainda não foi assinado. Há murmúrios, dentro do próprio PMDB, de que uma lista de mais de cem (!) pedidos de empregos para compor a assessoria foram encaminhados à mesa do governador. Pedidos feitos principalmente pelos parlamentares do PMDB, dificultando a resolução da questão.

No começo do ano, Tancredo, pressionado pelas centenas de mulheres presentes ao auditório do Programa TV-Mulher, ao lado de Montoro e Brizola, foi obrigado a declarar que Minas também teria a sua assessoria feminina. Começou aí o corre-corre entre as peemedebistas. Depois de várias reuniões, quando se tentou acomodar as inúmeras posições

internas do partido, todas interessadas em participar do órgão, entregaram a Tancredo o projeto do Conselho e 15 nomes.

A proposta, baseada na de São Paulo, quase não tem novidades. Como o paulista, o Conselho mineiro não tem verba própria. Este ano "porque o orçamento já está feito" e para os anos seguintes não há nada definido. Mudaram os números: sete assessoras, dez órgãos governamentais, e quinze personalidades da sociedade civil. Os órgãos governamentais são: Febem; Secretarias de Saúde, Educação, Trabalho e Ação Social, Esportes e Turismo, Planejamento, Interior e Justiça; Servas (de assistência social); Fundação João Pinheiro (pesquisa); e Coordenadoria de Cultura. Como todas as assessorias em Minas, o Conselho se liga à Secretaria de Governo.

Tancredo decide

A lista de personalidades da sociedade civil foi escolhida no interior do próprio PMDB. Destas, Tancredo deve escolher 7 e das 7, uma para presidir a assessoria. Quanto à presidente do Conselho, será escolhida pelo próprio Conselho.

Está na cara que as mulheres não são prioridade no governo Tancredo: desde o dia 27 de maio foi aprovado o Conselho Estadual da Energia e até agora o Conselho da Condição Feminina está à espera. No dia 24 passado, com audiência marcada, a sua Comissão organizadora não foi recebida pelo governador, que tinha "assuntos mais urgentes" para tratar com a área econômica.

Sabe-se que já foram feitos cortes no projeto, mas nem o Departamento Feminino do PMDB foi informado sobre seu conteúdo. Com tanta democracia, as peemedebistas já estão temendo que, se forçarem a barra para a aprovação do projeto, acabem vendo aprovado algo que não lhes interesse. Que dirá dos interesses do movimento de mulheres.

Tudo indica, portanto, que as peemedebistas optarão por fazer apenas pressões internas ao partido e institucionais: através de parlamentares e da executiva do partido. E que as mineiras ainda esperarão um bocado para saber o que está sendo aprovado pelo governador em seu nome. (Por Celina Borges e Dirlene Marques)

II Encontro de Amor à Natureza

Com o apoio de dezenas de entidades sindicais, comunitárias, estudantis e feministas, realizou-se em Porto Alegre uma das maiores manifestações ecológicas já realizadas no país.

Realizou-se, em Porto Alegre, de 30 de maio a 5 de junho o II Encontro em Nome do Amor à Natureza — Semana Ecológica Alternativa. Esta foi uma das maiores manifestações ecológicas já realizadas no Brasil chegando a reunir cinco mil pessoas.

No Seminário, realizado na Assembléia Legislativa totalmente lotada, foram debatidos os problemas ecológicos atuais. As discussões não resumiram-se apenas a denúncias, havendo propostas concretas de atuação. Ficou claro, para todos os participantes, que é necessária uma transformação radical da sociedade para obtermos o equilíbrio ambiental.

Foi divulgado, durante as atividades da Semana, um documento contendo um levantamento completo dos problemas ambientais do estado e propostas alternativas, viáveis à curto prazo, que resolveriam ou pelo menos amenizariam estes problemas. A elaboração do documento coube a cientistas e técnicos vinculados às entidades promotoras do Encontro, sendo assinado por todos os grupos e entidades participantes e entregue ao presidente da Assembléia Legislativa e ao governo do estado.

Este documento serve para dar fundamento técnico às denúncias feitas pelo Movimento, acusado sempre de empirista por parte dos órgãos oficiais. Mostra também a necessidade de mudança completa da política ambiental do governo. Deu-se um prazo de um ano para o governo apresentar trabalhos concretos que apontem no sentido das propostas do documento.

Acampamento ecológico

No fim de semana, realizou-se no Parque da Harmonia, às margens do Guaíba, o Acampamento Ecológico. Apesar do frio intenso — o Instituto de Meteorologia informou que a sensação térmica era de três graus negativos — haviam mais de cem barracas armadas. Além de atividades culturais, houve filmes, projeção de slides e debates. No Ato Público, dezenas de entidades sindicais, comunitárias, ecologistas, estudantis, feministas, além dos partidos de oposição, colocaram seu compromisso com a luta ecologista. Logo após foi lido um Manifesto das entidades promotoras onde foi colocada a necessidade de novas relações de poder entre os homens e a presença de acabarmos com esta "civilização da morte planejada".

O ponto alto do evento foi a Corrente pela Vida, com a participação de milhares de pessoas. Durante o pôr-do-sol, os manifestantes deram-se as mãos e, cantando, formaram uma corrente de mais de um quilômetro nas margens do Guaíba.

A Semana Ecológica Alternativa avançou muito em termos de política do Movimento Ecológico. Em primeiro lugar, o fato de entidades como a Intersindical, a Fracab (Federação das Associações Comunitárias), o CPERGS (Centro dos Professores) e a UEE organizarem o Encontro, ao lado das entidades ecologistas destrói a idéia de que o Movimento é composto por "meia dúzia de loucos defensores das árvores e dos bichinhos." O Movimento está sendo visto e organizado, hoje em dia, como um movimento político-social sério e com um peso nada desprezível no conjunto da sociedade.

Além disto, as entidades mostraram uma surpreendente unidade na ação. Apesar das divergências internas foram encaminhadas propostas unitárias, que deram uma coerência às diversas atividades da Semana.

Cabe salientar, como saldo positivo, a explicitação do caráter anti-capitalista do Movimento. Além dos rumos que os debates tomaram, o Manifesto colocou, claramente, que o capitalismo está levando o planeta para a destruição e somente a transformação da sociedade poderá deter esta marcha suicida.

A Revolução Leninista — 2

A concepção leninista de partido se apoia na idéia da atualidade da revolução, num desenvolvimento da teoria da formação da consciência de classe do proletariado, na necessidade da centralização política das lutas populares para enfrentar o Estado burguês.

A concepção leninista de partido, a idéia de um partido de combate, centralizado, de revolucionários profissionais, que prepara a crise revolucionária e a tomada do poder, se apoia em uma série de pressupostos.

Em primeiro lugar, a **atualidade da revolução**, isto é, a idéia de que as condições objetivas estão maduras para a luta pelo poder, de que a revolução proletária é objetivamente possível. Não se trata da atualidade da revolução no sentido conjuntural (isto é, de uma crise revolucionária), mas da atualidade no sentido histórico, da abertura da época da revolução proletária, da possibilidade histórica do poder dos trabalhadores que torna-se viável organizar um partido para preparar conscientemente a tomada do poder. O "voluntarismo leninista", a ênfase no "fator subjetivo" pressupõe já uma base objetiva.

Em segundo lugar, Lênin trouxe novos desenvolvimentos para a teoria da formação da consciência de classe do proletariado. Marx já tinha superado a contradição apontada pelos primeiros comunistas entre as condições de vida alienantes do proletariado sob o jugo do capital e a possibilidade de formar uma consciência de seus interesses históricos, formulando a idéia de que o proletariado desenvolveria a sua consciência de classe a partir dos seus enfrentamentos com a burguesia e o seu Estado, nas lutas que ele é obrigado a travar. Participando desta luta, os comunistas permitiriam ao proletariado avançar até a compreensão dos seus interesses gerais.

É a partir destas colocações de Marx que Lênin avança, analisando mais detidamente os limites da consciência de-

envolvida a partir da simples prática espontânea do proletariado, enfatizando o papel da vanguarda marxista.

A prática espontânea oscila entre a revolta e o sindicalismo. Há uma distinção de qualidade entre luta de classes elementar do proletariado e a luta de classes revolucionária. Tal como disse Marx, o proletariado se constitui em classe revolucionária pela sua prática, mas por uma prática já transformada pela ação do partido revolucionário.

As flutuações da consciência de classe

Além disso, há uma flutuação na consciência de classe do proletariado: o nível de consciência médio da classe, a dimensão da vanguarda não permanecem os mesmos durante um ascenso das lutas e após uma derrota. Os ascensos geram confiança da classe nas suas próprias forças, nas suas possibilidades de alcançar os objetivos pelos quais luta. As derrotas geram ceticismo, atomizam os militantes operários, fazem com que muitos abandonem a luta e mergulhem nos problemas cotidianos.

Só uma vanguarda organizada de forma sólida, delimitada da classe, mantém o seu nível de militância e de consciência nos períodos de refluxo, preparando portanto o novo ascenso das lutas.

Por outro lado, é fundamental assinalar a importância da crise revolucionária para o pleno desenvolvimento da consciência de classe revolucionária. A revolução proletária tem uma especificidade: para que seja vitoriosa, necessita de que o proletariado tenha adquirido a plena consciência revolucionária. Mas



A QUESTÃO DO PARTIDO NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO — 8

em condições normais, a maior parte da classe é dominada pela ideologia burguesa. Só na própria revolução então, no momento de intensa mobilização que constitui a crise revolucionária, é que a maioria dos oprimidos se libertará da ideologia dominante (burguesa). Até então, o partido revolucionário será relativamente minoritário. Isto é, fora de situações revolucionárias um partido revolucionário pode ter influências de massas (e precisa de ter esta influência antes da abertura do processo revolucionário, para ser capaz de dirigi-lo), mas não estará conduzindo a maior parte da classe operária e dos setores oprimidos.

Outra questão que obriga a uma clara delimitação da vanguarda comunista do conjunto da classe é o fato de que o socialismo é uma ciência, que deve ser apropriada individualmente, por um processo de seleção individual.

A necessidade de centralização organizativa, enfatizada pelo leninismo, tem um caráter político, isto é, decorre da necessidade de centralizar as lutas desenvolvidas para enfrentar o bem centralizado aparelho do Estado burguês.

Finalmente, temos de considerar que a estratégia revolucionária leninista é também um pressuposto para a sua

concepção de partido. A idéia chave da luta pela independência de classe do proletariado (herdada de Marx) se liga diretamente à luta pela formação da consciência revolucionária. A necessidade de preparar o partido para a luta, para mobilizar as massas no enfrentamento com o Estado, se liga à concepção de "greve geral insurrecional".

Variações no leninismo

Para que tenhamos uma idéia correta da concepção leninista de partido, é necessário levar em conta as variações com que suas idéias básicas foram colocadas em prática.

A defesa da necessidade de delimitação da vanguarda não desaparece. Mas entre 1905 e 1907, Lênin enfatizou a importância da abertura do partido e do crescimento dos seus efetivos. "Falemos sem metáfora: os efetivos de todas as organizações do partido devem ser fortemente acrescidos (...). É preciso organizar centenas de novas organizações. Sim, centenas não é uma hipérbole". "A nova forma de organização ou, mais exatamente, a forma nova de célula orgânica de base do partido deve ser indiscutivelmente mais ampla que as antigas. A nova célula deverá provavelmente ser delimitada com menos rigor..."

Embora sempre acentuando os limites da luta de classes elementar do proletariado, Lênin escreveu em 1905: "as massas intervêm ativamente na cena e combatem. Estas massas se educam através da prática, diante dos olhos de todos, à força de ensaios, de tatear, pondo-se à prova e pondo à prova os seus ideólogos... nada se poderá comparar jamais, no que concerne à importância, a esta educação direta das massas e das classes no transcurso mesmo da luta revolucionária". Assim, o próprio Lênin relativizou algumas formulações do "Que Fazer?", com sua ênfase exagerada na consciência de classe trazida de fora".

Não podemos entender a concepção leninista como um conjunto de receitas prontas para serem aplicadas de qualquer maneira; nada pode dispensar a análise concreta para definir como estruturar o partido.

APARTE

Senhor editor

Nas condições ainda precárias de circulação de informações no interior e para fora do Partido dos Trabalhadores, os órgãos da imprensa em geral passam a ter grande importância como veiculadores de nossas idéias, propostas e debates internos.

Entre estes órgãos, certamente se situa o EM TEMPO.

É por isso mesmo que venho com esta carta manifestar o meu protesto em relação à publicação na última edição da entrevista que lhes concedi sob a condição expressa de que dela constasse — o que não ocorreu — não apenas a crítica que dirigi à matéria publicada acerca da articulação que se forma para candidatar-se ao próximo Diretório Estadual em Minas Gerais e da qual fazem parte os companheiros deputado federal Luís Dulci e deputado estadual João Batista dos Mares Guia, como a proposta de que os mesmos tivessem igual espaço para manifestarem seu ponto de vista acerca dos fatos que me levaram e à companheira Angela Martins a renunciar à Coordenação Eleitoral.

Foi com essa condição, gravada em fita do início da referida entrevista, que concordei em falar sobre a renúncia e sobre nossa articulação — e tudo isso por entender que propiciando o espaço para que as diversas articulações coloquem suas posições, o EM TEMPO poderia colaborar para que os debates preparatórios de

nossa próxima pré-convenção circulem o mais possível e com elevada qualidade ética e política.

Além disso, ao final da entrevista e ao colocar minha posição sobre a relação do PT com o governo Tancredo Neves, acrescentei a importância que vejo em que a Direção Nacional tenha maior presença, inclusive física, em Minas, por onde hoje passam inequivocamente as grandes questões de política institucional, em virtude da proposta de conciliação do governador Tancredo Neves e da presença do sr. Aureliano Chaves entre os que postulam a sucessão presidencial. Citei, para reforçar meu ponto de vista, a repercussão na grande imprensa nacional das entrevistas concedidas por Lula, quando aqui esteve no início do ano, que inclusive obrigaram a que o próprio Aureliano, além do ministro da Justiça, procurassem rebater as afirmações de nosso Presidente.

Esta questão também, embora sem constar da fita, foi por mim colocada como essencial à entrevista, no mesmo espírito de contribuição para o crescimento e reforço da atuação de nosso PT.

O EM TEMPO, publicando esta carta, estará observando rigorosamente a ética jornalística dos compromissos assumidos com seus entrevistados e assim, no caso presente, certamente prestando valiosa colaboração ao Partido dos Trabalhadores.

Sandra Starling

EM TEMPO, no seu quinto aniversário, promove:

Promoção nº 1: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO, você ganha o caderno **Malvinas, contradições do capitalismo e revolução social** de Marcelo Zugadi.

Promoção nº 2: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO conjunta com a revista **Perspectiva Internacional**, você ganha, além de uma redução do preço, o caderno **Malvinas**.

Promoção nº 3: Adquira a coleção

completa do EM TEMPO, composta de 169 números, por apenas Cr\$ 15.000,00.

Promoção nº 4: Assinatura vitalícia do jornal. Você paga Cr\$ 20.000,00 uma vez e recebe seu EM TEMPO em casa, para sempre.

Promoção nº 5: Em cada quatro assinaturas do EM TEMPO ou da revista **Perspectiva Internacional** que você apresentar, você ganha a sua assinatura.

Promoção nº 1 - _____	3.000,00
Promoção nº 2 - _____	5.000,00
Promoção nº 3 - _____	15.000,00
Promoção nº 4 - _____	20.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

A Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57
CEP 05414

Os estragos da agressão ianque

O que está em jogo e os sacrifícios que estão sendo feitos são muitos. É necessário por todos os meios impedir que o imperialismo ianque reverta os avanços conquistados com as vidas de 50 mil homens, mulheres e crianças que caíram na luta contra o somozismo e o imperialismo.

Por Michael Baumann

Mais de 500 nicaraguenses perderam a vida nos primeiros quatro meses deste ano, por causa da guerra que Washington move contra a revolução sandinista. A guerra causou também danos econômicos de mais de 58 milhões de dólares nos últimos doze meses.

Para compreender o significado destes dados é preciso inseri-los no marco da população e economia nicaraguenses.

Quinhentas pessoas mortas num país como a Nicarágua equivalem a 38mil para um país como os Estados Unidos. Ou seja, em quatro meses, os Estados Unidos teriam sofrido dois terços de todas as baixas que sofreram durante toda a guerra do Vietnam.

Os 58 milhões de dólares equivalem à produção total por um ano de 20 mil trabalhadores nicaraguenses. Equivalem a dois por cento do produto interno bruto do país, cancelando qualquer crescimento econômico que poderia ter sido registrado este ano.

Mas a guerra se sente de muitas outras formas.

As amputações são comuns

A Nicarágua não tem uma frota de helicópteros que lhe permita levar rapidamente os feridos na guerra para hospitais. Tampouco conta com muitos cirurgiões especializados em realizar operações delicadas. Isto significa que muitas vezes é preciso realizar amputações, sacrificando um braço ou uma perna para salvar uma vida. Gente que perdeu um braço ou uma perna pode ser vista por todas as partes do país.

Nas fábricas, o trabalho é mais intenso e muitas vezes a jornada é mais longa. Em algumas empresas, até 10% dos trabalhadores foram mobilizados para os batalhões de reserva ou para as milícias. Em alguns casos, esforços adicionais dos trabalhadores restantes conseguem fazer com que a produção se mantenha normal. Noutros, como no caso das minas de ouro em zonas remotas no centro da Nicarágua, tantos mineiros foram mobilizados para a defesa do país que a produção caiu bruscamente.

Escassez de artigos de primeira necessidade — como o leite, o óleo de cozinha e o sabão — estão acontecendo com mais frequência nas cidades. No passado, havia sido possível aumentar as importações para cobrir qualquer déficit. Hoje em dia isto é impossível, dados os gastos adicionais impostos pela guerra e as agressões econômicas norte-americanas.

No campo, sobretudo nas zonas próximas à fronteira com Honduras, as colheitas não podem ser feitas completamente ou a tempo, significando uma perda de divisas e menos alimentos.

Os planos para a manutenção de estradas e a construção de edifícios e obras públicas tiveram que ser ajustados na maior parte do país. Uns quatro milhões de dólares em equipamento pesado de construção foram destruídas pelos contra-revolucionários e grande parte do equipamento restante foi transferido para o norte para realizar projetos de engenharia militar.

Ataques contra médicos e professores

Também foram fortemente abalados os programas sociais. Um alvo especial dos contra-revolucionários foram os professores, médicos e técnicos que estão ajudando a tirar os camponeses nicaraguenses da ignorância e das enfermidades.

Entre os civis que morreram em 1982, se encontravam 58 técnicos, sobretudo agrônomos; 34 professores; 23 engenheiros, arquitetos e outros profissionais e 2 médicos.

O comandante da revolução, Daniel Ortega, coordenador da Junta de Governo de

Reconstrução Nacional, apresentou ao povo nicaraguense no dia 4 de maio, uma relação detalhada dos estragos da guerra, dentro de um informe da Junta de Governo ao Legislativo nicaraguense, o Conselho de Estado, sobre sua gestão no ano passado. Este discurso de duas horas e meia foi transmitido pela televisão e rádio, assim como publicado integralmente pelos jornais.

Em seu informe, Ortega assinalou os avanços registrados pelo povo nicaraguense — e sobretudo os trabalhadores e camponeses — desde o triunfo da revolução em 1979. Calcula-se que a esperança de vida ao nascer ascendeu de 55,2 anos em 1978 para 57,6 quatro anos depois. A mortalidade infantil diminuiu 25% no mesmo período. Registraram-se notáveis melhoras na educação primária e secundária.

Impacto da agressão

Sem dúvida, assinalou Ortega, "Em todo este período nos vimos obrigados a mobilizar recursos para enfrentar a agressão em todas as suas modalidades, o que significou o deslocamento de recursos humanos, financeiros e produtivos para trabalhos de defesa e, portanto, significou também maiores dificuldades no desenvolvimento dos programas econômicos e mais limitações na disponibilidade de recursos materiais para serem distribuídos no país".

Ortega continuou afirmando que "A todo o anterior deve somar-se o efeito negativo sobre a economia do país da crise mundial capitalista e o efeito de adversidades naturais, como as inundações de maio de 1982 e a seca".

Entre os estragos econômicos diretamente atribuíveis à agressão militar imperialista, Ortega apontou que a produção de madeira teve que reduzir-se em uma terça parte já que os contra-revolucionários incendiaram 40 mil hectares, num valor de 20 milhões de dólares.

No setor da pesca, a produção caiu quase 20% por causa da escassez de peças de reposição para a frota, assim como pelos ataques por parte de contra-revolucionários e navios de guerra hondurenhos.

Mais de 4 milhões de dólares de tabaco, café e carne foram destruídos em ataques contra-revolucionários contra ranchos e armazéns no norte do país.

Os trabalhadores e camponeses foram parcialmente protegidos de ter que arcar com todo o peso destas perdas por meio de subsídios governamentais aos preços dos alimentos, energia e transportes, que em 1982 chegaram a mais de 120 milhões de dólares.

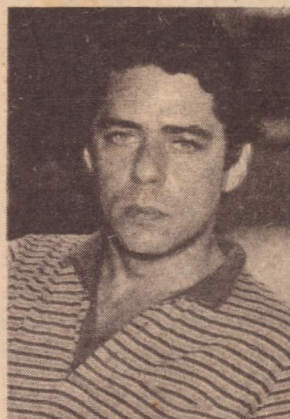
Contudo, o produto interno bruto caiu cerca de 1,4%; a inflação se acelerou ligeiramente, alcançando 24,8% e o desemprego registrou um aumento sensível de 4%, chegando a 19,8%.

Como responder

Um exemplo de como responder a esta situação foi dado pela vanguarda do processo revolucionário, os trabalhadores industriais organizados. Em muitas fábricas, tantos operários se apresentaram como voluntários para combater contra os somozistas, que o sindicato tem que escolher qual dos voluntários deve separar-se da fábrica. Os que ficaram na produção contribuem com o salário de até um dia de trabalho para a defesa do país, tratando de garantir que seus companheiros mobilizados tenham o equipamento e os apetrechos necessários.

O que está em jogo e os sacrifícios que estão sendo feitos são muitos. A Nicarágua necessita e merece o apoio dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo em sua luta para impedir que o imperialismo ianque reverta os avanços conquistados com as vidas de 50 mil homens, mulheres e crianças que caíram na luta contra o somozismo e o imperialismo.

Chico Buarque



Não é exagero chamar Reagan de Adolf Reagan

Por Laan Izidoro

— Você acha que num movimento de solidariedade se pode alertar esse povo que está desinformado sobre a situação na América Central?

Chico — Claro, eu acho que nós que temos acesso aos meios de comunicação temos uma certa obrigação de alertar a opinião pública para certos problemas que às vezes são minimizados.

— O artista que vai para o palco se propõe a um movimento deste, de solidariedade, como é que ele passa esta informação?

Chico — A simples presença, né. Tem mil formas. Agora recentemente fomos, o Fagner e eu, cantamos em Manágua, prestando a solidariedade do artista brasileiro aos artistas nicaraguenses e da América Central de uma maneira geral, e voltamos aqui com a consciência muito mais fortalecida sobre o problema que eles estão passando. É uma coisa muito dura.

— A última notícia em relação a América Central foi acerca do deslocamento do embaixador dos Estados Unidos aqui no Brasil, Antony Motley, para a sub-secretaria de Estado para Assuntos Interamericanos, dos Estados Unidos. Já se prevê que vai haver um endurecimento. O que pode acontecer na Nicarágua, a partir disto?

Chico — Bom, vamos esclarecer. Não sou um expert no assunto, em política. Eusou uma pessoa que viaja, tem contatos... Mas é evidente que a política do Reagan, de uma forma geral, é uma política muito dura e ameaçadora para a Nicarágua, para o governo, para o povo da Nicarágua e para o povo da

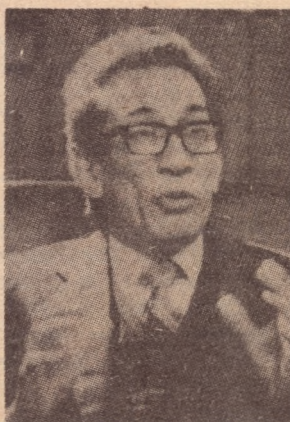
América Latina. Ele tem um projeto político, desde o início do governo, muito duro com relação à América Latina. O que vem aí para a América Central de uma forma mais precisa... mais... eu não sei, o que pode acontecer de pior. As ameaças estão aí. O senador Goodward está ameaçando invadir Cuba. Não sabemos onde vai chegar. É uma loucura. Não é muito exagero quando chamam o Reagan de Adolf Reagan, porque os projetos dele são muito perigosos para a humanidade.

— Foi noticiada a poucos dias a afirmação da CIA de que o povo nicaraguense apoiaria a contra-revolução na Nicarágua até o final do ano. Você que esteve lá; o povo nicaraguense apoia a revolução sandinista?

Chico — É um absurdo. O povo nicaraguense está todo mobilizado pela revolução sandinista. O povo nicaraguense é sandinista. Existem no interior do país, não vou nem dizer focos, existem regiões onde há menos informação, existe muita ignorância ainda, é uma revolução nova, com mil dificuldades. Onde há menos informação, onde existe mais ignorância, é evidente que há possibilidade de infiltração da CIA, entende. Mas o povo da capital, eu conheço Manágua, Masaya, o povo todo está apoiando a revolução sandinista. Não há dúvida nenhuma, apesar das dificuldades que estão tendo, de progredir, de levar adiante a revolução. Agora eu acho que é evidente, um país pobre, paupérrimo, como era e continua sendo, destruído por Somoza e por terremotos... Fazer renascer isto é muito difícil, e ainda acoçados dos dois lados, é mais difícil ainda.

Inaugurada Praça Sandino em Porto Alegre

Por José Carlos Oliveira



Com a presença do embaixador da Nicarágua no Brasil, Ernesto Gutierrez, foi inaugurada em Porto Alegre a Praça Augusto Cesar Sandino, localizada ao lado do Centro Municipal de Cultura, no cruzamento das Avenidas Ipiranga e Érico Veríssimo, em frente ao prédio da RBS-Zero Hora. No ato falaram o ex-vereador Marcos Klassmann, autor do projeto na Câmara, representantes do PT, PDT e PMDB, do Comitê Gaúcho de Solidariedade e o Embaixador que registrou ser a primeira iniciativa na América do Sul e que se constitui numa importante demonstração de solidariedade à Revolução Sandinista.

O Embaixador nicaraguense cumpriu extenso roteiro de atividades na Capital gaúcha. Sobre a recente crise diplomática entre a Nicarágua e os EUA, o embaixador afirmou que seu país expulsou três diplomatas norte-americanos sob a acusação de terem tramado, a mando da CIA, o assassinato, por envenenamento, do chanceler Miguel D'Escoto. Washington protestou e fechou cinco dos

seis consulados sandinistas nos Estados Unidos. "Temos todas as provas", concluiu o embaixador.

Sobre o boicote econômico dos Estados Unidos contra a Nicarágua, Gutierrez frisou: "Nosso Governo não vai se vender nem se render. Vamos continuar lutando para ampliar os mercados para nossos produtos de exportação e nos programando para comer o que produzimos. Durante a ditadura de Somoza nossa economia estava 90% atrelada aos Estados Unidos. Hoje dependemos em apenas 30% deles e ampliamos nossa participação nos mercados do Leste e Oeste Europeu, além da Ásia".

Ainda na quinta-feira, o Embaixador foi homenageado pela Assembléia Legislativa, quando, pela primeira vez e rompendo o regime interno, falou da tribuna numa Sessão Plenária do Parlamento gaúcho e denunciou a intervenção imperialista na Nicarágua. Após, reuniu-se com as entidades que participam do Comitê.